

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
FACULDADE DE DIREITO

LAURA LOPEZ BAPTISTA

A LEGITIMIDADE DAS INTERVENÇÕES HUMANITÁRIAS E O CONSELHO DE
SEGURANÇA DA ONU

CURITIBA
2013

LAURA LOPEZ BAPTISTA

A LEGITIMIDADE DAS INTERVENÇÕES HUMANITÁRIAS E O CONSELHO DE
SEGURANÇA DA ONU

Trabalho apresentado à como requisito parcial à obtenção do grau de bacharel em Direito no curso de graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Larissa Liz Odreski Ramina.

CURITIBA
2013

TERMO DE APROVAÇÃO

LAURA LOPEZ BAPTISTA

A LEGITIMIDADE DAS INTERVENÇÕES HUMANITÁRIAS E O CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU

Trabalho aprovado como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Direito no Curso de Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Prof^a. Dr^a. Larissa Liz Odreski Ramina

Orientadora – Departamento de Direito Público da Universidade Federal do Paraná, UFPR

Prof^a. Dr^a. Tatyana Sheila Friedrich

Departamento de Direito Privado da Universidade Federal do Paraná, UFPR.

Prof. Me. Cássio Eduardo Zen

Centro Universitário Católica de Santa Catarina

Curitiba, 9 de dezembro de 2013.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Larissa Liz Odreski Ramina, pelo acompanhamento, orientação e pelo tempo doado para que fosse possível a conclusão desta monografia; à minha mãe, Patricia, por ser meu maior exemplo; ao meu pai, Antonio, pelo apoio incondicional; à minha avó, Isabel, pela companhia e pela preocupação; ao Guilherme, que me incentivou e esteve sempre ao meu lado; à Kassiana, Nara, Marcel, Pâmela e Silvia pela companhia, pela amizade que criamos nesta universidade e pela ajuda para superarmos mais uma fase; e à Prof.^a Dr.^a Glaci Gurgacz, pela ajuda e paciência.

RESUMO

O presente trabalho discute a respeito da legitimidade das intervenções humanitárias, sua legalidade, viabilidade e moralidade. São abordados aspectos históricos e análise quanto ao modo de operação do Conselho de Segurança da ONU e se este seria ou não a melhor autoridade para se apreciar as questões das intervenções humanitárias. Ainda, traz reflexões e críticas a respeito da atuação das Nações Unidas e de outros Estados nos conflitos que marcaram os séculos XX e XXI. A metodologia utilizada foi uma pesquisa de caráter exploratório baseada na análise do conteúdo de documentos, livros, artigos, monografias e teses. Concluiu-se que a intervenção humanitária é um mecanismo imperfeito que, apesar de demonstrar a preocupação da sociedade com a vida e a dignidade do próximo, ainda necessita ser aprimorado para que obtenha resultados positivos.

PALAVRAS-CHAVE: Soberania; Direitos Humanos; Intervenção Humanitária; Legitimidade; Conselho de Segurança da ONU;

ABSTRACT

This paper discusses about the legitimacy of humanitarian intervention, its legitimacy, viability and morality. Includes historic aspects and analyze how the operation mode of the UN Security Council and whether it would or would not be the best authority to appreciate the issues of humanitarian interventions. Also contains reflections and criticisms about the role of the United Nations and other states in the conflicts that marked the twentieth and twenty-first centuries. The methodology used was a survey based on an exploratory analysis of the content of documents, books, articles, monographs and dissertations. It was concluded that humanitarian intervention is an imperfect mechanism that despite demonstrating the concern of society with the life and dignity of others, still needs to be improved to get positive results.

KEYWORDS: Sovereignty; Human Rights; Humanitarian Intervention; Legitimacy; UN Security Council;

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CICJ	Comitê Internacional da Cruz Vermelha
CS/ONU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
DIH	Direito Internacional Humanitário
ICISS	International Commission on Intervention and State Sovereignty/ Comissão Internacional sobre Intervenção e Soberania Estatal
ICJ	International Court of Justice
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
RtoP	Responsibility to Protect/ Responsabilidade de Proteger
UNSAS	United Nations Stand-by Arrangements System

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	08
2 INTERVENÇÃO HUMANITÁRIA E DIREITO INTERNACIONAL.....	11
2.1 O USO DA FORÇA NO DIREITO INTERNACIONAL.....	11
2.2 A SOBERANIA E O PRINCÍPIO DA NÃO-INTERVENÇÃO	16
2.3 O DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO	22
2.4 A INTERVENÇÃO HUMANITÁRIA.....	30
3 LEGITIMIDADE	34
3.1 REALISMO	36
3.2 PLURALISMO	37
3.3 SOLIDARISMO	40
3.4 RESPONSABILIDADE DE PROTEGER	41
4 REFORMA E GARANTIA DA LEGITIMIDADE.....	45
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
REFERÊNCIAS	58

1 INTRODUÇÃO

O tema deste trabalho, a Legitimidade das intervenções Humanitárias e o Conselho de Segurança da ONU, busca verificar a melhor forma de emprego dos meios de proteção aos direitos humanos das vítimas de desastres políticos e ambientais, bem como o questionamento acerca da problemática discussão acerca da legitimidade na tentativa de suprir a ausência de uma melhor regulamentação do tema.

Neste trabalho aborda-se o tema da intervenção humanitária, tendo como delimitação o estudo da sua legitimidade perante as diferentes correntes do Direito Internacional e o Conselho de Segurança da ONU. Também são abordadas as formas de intervenção, suas limitações e seus agentes.

A abordagem deste tema é atual e de extrema relevância, tanto pela presença constante na mídia da discussão acerca das intervenções humanitárias, principalmente a respeito do caso recente de massacre na Síria e a possibilidade de intervenção no país, quanto pelo interesse do Brasil em tornar-se membro permanente do Conselho de Segurança da ONU.

Problemas como o genocídio, massacres e violações à dignidade das pessoas sempre estiveram presentes, mas a comunidade internacional se utilizava do Princípio da Soberania para justificar sua inércia. Preciso ocorrer uma atrocidade dentro da Europa central para que fossem rompidos os paradigmas e para que se percebesse a importância da relativização da soberania para impedir a liberdade absoluta dos governantes em praticar atos cruéis dentro das fronteiras estatais.

Entretanto, os mecanismos de proteção dos Direitos Humanos no âmbito internacional e suas normas de natureza convencional, consuetudinária e principiológica naturalmente se chocam com o entendimento de que o Estado seria absolutamente soberano em seu território e teria domínio total sobre a jurisdição interna. Essa contradição será abordada no trabalho de forma conjunta com a análise a respeito da evolução do Humanitarismo e a possibilidade de aceitação do emprego dos valores ético-morais, tidos como universais na sociedade internacional, para limitar a soberania dos Estados.

Não obstante a evolução que se pode observar em relação a esta questão, ainda não se estabeleceu um consenso a respeito dos limites do Princípio da Soberania e muito menos quanto à relativização dos Direitos Humanos, que, formados pela cultura ocidental, falham em abranger a universalidade de normas sociais, culturais e religiosas dos países do mundo. Diante disso, formulou-se a seguinte questão de pesquisa: Há legitimidade nas intervenções humanitárias?

Ao tratar da problemática inicial verifica-se não ser esse um debate ultrapassado, mas uma discussão que adquire novas perspectivas cada vez que se confrontam conceitos recentemente criados como a “responsabilidade de proteger” e o “princípio da não-indiferença” com as prerrogativas de soberania dos Estados e a realidade da comunidade internacional¹.

O objetivo geral deste trabalho é questionar o atual entendimento a respeito da legitimidade das intervenções humanitárias. Para atingir esse objetivo formularam-se os seguintes objetivos específicos: analisar os conceitos básicos relacionados ao tema, a forma com que a legitimidade é discutida nas diferentes escolas de pensamento e mostrar as falhas no sistema atual.

O método utilizado para a realização deste trabalho foi a pesquisa bibliográfica de caráter exploratório com a análise das posições doutrinárias que tratam do tema da legitimidade das Intervenções Humanitárias, incluindo documentos, livros e artigos, bem como o a análise da Carta das Nações Unidas, do Pacto de Paris e do relatório *Responsability to Protect* da ICISS.

Este trabalho é estruturado em cinco capítulos. Neste capítulo, introduz-se o tema e apresenta-se uma visão geral do trabalho, fato gerador do questionamento da pesquisa realizada, a relevância do tema, o objetivo geral, os objetivos específicos e a metodologia. Já para o desenvolvimento do tema, serão estudados, no segundo capítulo, os conceitos iniciais pertinentes, como a soberania, o territorialismo, o Princípio da Não-Intervenção e os que decorrem dele. Em seguida, são apresentados no terceiro capítulo as diferentes abordagens à legitimidade das intervenções e a posição adotada pelo Conselho de Segurança da ONU em relação ao relatório *Responsability to Protect* da ICISS. No quarto capítulo são feitas reflexões acerca da eficácia do Conselho de Segurança da ONU e suas decisões,

¹ HERMANN, Breno. **Soberania, não intervenção e não indiferença : reflexões sobre o discurso diplomático brasileiro** / Breno Hermann. – Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. P 230.

do controle da legitimidade dessas decisões e dos defeitos estruturais do sistema, bem como são analisadas algumas críticas e propostas de aprimoramento. No quinto e último capítulo são apresentadas as considerações finais sobre o trabalho e as principais críticas encontradas.

Por fim, é importante esclarecer que, diante de referências bibliográficas em línguas estrangeiras, optou-se por uma tradução livre.

2. INTERVENÇÃO HUMANITÁRIA E DIREITO INTERNACIONAL

A falta de consenso acerca da legitimidade das intervenções humanitárias dificulta a criação de um sistema normatizado do uso do mecanismo para alcançar objetivos humanitários.² Então, para que fossem definidos parâmetros mínimos para garantir a legitimidade do sistema, os conceitos fundamentais do Direito Internacional precisaram ser revistos.³

A concepção positivista do final do Século XIX e início do Século XX de “deificação” do Estado, que o considerava um fim em si mesmo, teve consequências terríveis para o mundo. A segurança nacional justificava quaisquer excessos, e toda a sociedade pagou o preço⁴. Os princípios da Soberania e da não-intervenção precisavam ser relativizados.⁵ Por isso, um novo paradigma precisou ser criado para que as intervenções humanitárias fossem possíveis no âmbito do Direito Internacional. Mas ainda há a necessidade de abranger novas perspectivas sobre o tema, já que se pode constatar que grande parte das intervenções são direcionadas a Estados “fracos” e comandada por Estados “fortes”⁶.

2.1 O USO DA FORÇA NO DIREITO INTERNACIONAL

O Direito internacional pode ser considerado, de certa forma, um direito primitivo.⁷ Isso porque, segundo Hart, apesar de existirem leis, convenções e um sistema legal preparado para resolver certos casos, ainda restam outros em que há dúvida quanto à sua solução.⁸ Esses casos geram controvérsia e retornam à

² WHEELER, Nicholas J. **Saving Strangers: Humanitarian Intervention in International Society**. New York: Oxford University Press, 2000. P. 44.

³ Ibid. P. 38.

⁴ TRINDADE, Antônio A. C. **La humanización del derecho internacional y los límites de la razón de Estado**. Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. n.40. 2001. P. 12

⁵ DONNELLY, Jacob. **International human rights**. Boulder: Westview Press, 1998. P. 4.

⁶ AYOUB, Mohammed. **Humanitarian Intervention and State Sovereignty**. The International Journal of Human Rights, London, v. 06, n. 01, 2002a. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/714003751>>. Acesso em: 12 out. 2012. P. 83.

⁷ HART, H. L. A. **The Concept Of Law**. Second Edition. Clarendon Press, Oxford, 1961. P. 15.

⁸ Ibid. P. 3.

questão mais complicada do direito internacional: o fato de que ele não tem uma codificação, e consequentemente tampouco um sistema organizado e efetivo de sanções.⁹

O direito internacional, quanto à forma como se trata o delito, é semelhante ao direito interno: a inobservância de um dever ser no âmbito internacional, assim como no direito interno, pode gerar atos de sanção, neste caso traduzidos em medidas como a represália, a intervenção e a guerra.¹⁰ Segundo Kelsen:

[...] uma regra de direito é um julgamento hipotético que faz de um ato coercitivo, da interferência imposta na esfera de interesses de um sujeito, a consequência de certo ato desse mesmo ou de outro sujeito. O ato coercitivo que a regra de Direito estabelece como consequência é a sanção; a conduta do sujeito apresentada como condição e caracterizada como antijurídica é o delito. A sanção é interpretada como uma reação da comunidade jurídica contra o delito.¹¹

Para o autor, a sanção é, então consequência do ato antijurídico,¹² na forma de uma resposta a uma conduta considerada proibida nas relações entre Estados:

No Direito Internacional, muitos teóricos pretendem designar com o termo “sanção” a obrigação de reparar um mal, especialmente o dano causado antijuridicamente. Trata-se, por assim dizer, de uma obrigação substituta, um dever que surge quando um Estado deixa de cumprir a sua obrigação principal ou original. [...] Há dúvidas, porém, em saber se a obrigação de reparação é instituída pelo Direito Internacional geral como uma consequência automática do delito, ou se é apenas o resultado de um tratado entre o Estado afetado pelo delito e o Estado responsável por ele. O autor inclina-se para este último parecer. No entanto, mesmo se a obrigação de reparação for instituída pelo Direito Internacional geral [...], essa obrigação não pode ser considerada uma sanção.¹³

Assim, para Kelsen, apenas a obrigação de reparar derivada de tratado entre Estados é considerada sanção. Se a medida for instituída pelo Direito

⁹ HART, H. L. A. **The Concept Of Law**. Second Edition. Clarendon Press, Oxford, 1961. P. 4.

¹⁰ KELSEN, Hans. **Teoria Geral do Direito e dos Estados**. 4ª ed. São Paulo. Martins Fontes, 2005. P. 468.

¹¹ Ibid. P. 370.

¹² Ibid. P. 451.

¹³ Ibid. P. 469.

internacional geral”, ela seria uma mera consequência do delito e uma obrigação substituta.¹⁴ Caso essa obrigação substituta for violada, aí sim o ato coercitivo seguinte será uma sanção.¹⁵

É essa a característica do Direito Internacional que o faz ser um Direito.¹⁶ A sanção seria também um dever de um Estado de reparar um dano, dever que decorre do descumprimento de uma obrigação. Ela também é uma interferência, que pode ser em forma de represália ou guerra.¹⁷

Assim, apresenta-se a guerra não como uma liberalidade dos Estados que não estão vinculados a nenhum tratado internacional no sentido, mas forma de sanção a um Estado que comete um mal, agindo contrariamente a um tratado e deixando de cumprir uma obrigação, como um meio para a justiça.¹⁸ Essa última seria a justificativa que relacionaria o direito internacional com a teoria do *bellum justum*.¹⁹ Segundo Kelsen:

[...] Essa convicção manifesta-se no fato de que os governos dos Estados que recorrem à guerra sempre tentam justificar esse fato diante do seu povo, assim como diante do mundo em geral. Não existe praticamente nenhum caso em que um Estado não tenha tentado proclamar a sua própria causa como justa e reta. Se tais proclamações não aparecem na declaração oficial de guerra, elas podem ser encontradas em outros documentos.²⁰

A teoria da *bellum justum* estabelece as possibilidades que justificariam a permissão de travar uma guerra. Para Grotius, os critérios seriam: a justa causa, a autoridade legal, uma intenção legítima, possibilidade razoável de sucesso e o uso como último recurso.²¹

Segundo Massingham, a teoria guerra justa aplicada na intervenção de caráter humanitário consistia na ideia de uma obrigação dos Estados civilizados em

¹⁴ KELSEN, Hans. **Teoria Geral do Direito e dos Estados**. 4ª ed. São Paulo. Martins Fontes, 2005. P. 470.

¹⁵ Ibid. P. 470.

¹⁶ Ibid. P. 468.

¹⁷ Ibid. P. 469.

¹⁸ Ibid. P. 469.

¹⁹ Ibid. P. 472.

²⁰ KELSEN, Op. cit. P. 473.

²¹ GROTIUS, Hugo. **O direito da Guerra e da paz**. Clássicos do Direito Internacional. Unijuí, 2004. Passim.

intervir em Estados retrógrados para conter práticas não humanas como canibalismo e sacrifícios humanos, além de espalhar o cristianismo.²² Grotius, por sua vez, ainda incluía ao rol dos deveres dos Estados civilizados a supressão da idolatria, ateísmo e imoralidade sexual.²³ Tais ideias podem ser encontradas desde a obra de Aristóteles, que defendia que a guerra era um meio de defender a boa vida e ajudar outros a vivê-la.²⁴

Antes de Grotius, Tomás de Aquino já definia condições para a guerra justa: que a autoridade que declara guerra seja legítima, ou seja, outorgada pelo soberano, uma justificativa para o ataque e a intenção de se alcançar a justiça.²⁵ Para ele, para que a guerra não seja pecaminosa, aqueles atacados devem ser atacados porque merecem, ou seja, porque cometeram algum mal, sendo a guerra uma forma de vingança por uma injustiça.²⁶

Para Wright (1942), a teoria do *bellum justum* estaria superada, e a transição de um estado de paz para um estado de guerra não seria nem legal nem ilegal. O estado de guerra, para o autor, é entendido como um evento cuja origem não está no escopo do direito internacional, ainda que o direito prescreva regras para suas condutas diferentes daquelas que prevalecem nos tempos de paz²⁷. Essa teoria se opõe à concepção de Vattel de que não seria a origem da guerra uma matéria legalmente indiferente ao Direito Internacional, mas sim um delito ou uma reação a um delito, ou seja, uma sanção.²⁸

A partir do Pacto de Paris,²⁹ ou pacto de Kellog-Briand, a sociedade internacional concordou com uma renúncia à guerra.³⁰ Segundo Wright, não se teria

²² MASSINGHAM, Eve. **Military intervention for humanitarian purposes: does the Responsibility to Protect Doctrine advance the legality of the use of force for humanitarian ends?**. In International Review of the Red Cross. 2009. Disponível em: <<http://www.icrc.org/eng/assets/files/other/irrc-876-massingham.pdf>>. Acesso em: 27/09/2013. P. 810.

²³ GROTIUS, Hugo. **O direito da Guerra e da paz**. Clássicos do Direito Internacional. Unijuf, 2004. Passim.

²⁴ Massingham, 2009. Op cit. P. 811.

²⁵ SANTO TOMÁS DE AQUINO. **Suma Teológica**, edição bilíngüe, Biblioteca de Autores Cristãos, Madrid, 1959, vols. VII e X.P. 35-39.

²⁶ Ibid. P. 38.

²⁷ WRIGHT, Quincy. **A study of War. 2 Volumes**. Chicago: University of Chicago. 1942. P. 471.

²⁸ VATTEL, Emer de. **The Law of Nations**, James Brown Scott (Classics of International Law [Washington, 1916]), Vol III, Livro III, capítulo III. P. 471.

²⁹ BRASIL, Ministério das Relações Exteriores, **Pacto de Paris**, 1928. Disponível em: <<http://www2.mre.gov.br/dai/renguerra.htm>>. Acesso em: 15 ago. 2013.

³⁰ BARROS PLATIAU, Ana Flávia Granja e and VIEIRA, Priscilla Brito Silva. **A legalidade da intervenção preventiva e a Carta das Nações Unidas**. In *Rev. bras. polít. int.* [online]. 2006, vol.49, n.1, pp. 179-193. ISSN 0034-7329. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034->

reestabelecido uma doutrina do *bellum justum*, em que a guerra seria permitida em alguns casos, mas sim criado o princípio de que a guerra é proibida até como reação a uma violação do direito (com exceção à violação do pacto de Paris). A guerra seria apenas um delito e não deveria ser usada nem mesmo como sanção.³¹

Artigo I – As Altas Partes contratantes declaram solenemente, em nome dos respectivos povos, que condenam o recurso à guerra para a solução de controvérsias internacionais, e a ela renunciam como instrumento de política nacional nas suas mútuas relações.

Artigo II – As Altas Partes contratantes reconhecem que o ajuste ou a solução de todas as controvérsias ou conflitos de qualquer natureza ou origem, que se suscitem entre elas: nunca deverá ser procurado senão por meios pacíficos.³²

Compreende-se que pacto de Paris representava a vontade dos governantes de evitar o uso da força como forma de resolução de conflitos mas carecia de eficácia para a manutenção da paz.³³ Buscava-se evitar as trágicas consequências de uma guerra como a Primeira Guerra Mundial, mas a liga das nações falhou por utilizar métodos inadequados para o objetivo de segurança coletiva.³⁴

Assim como a manutenção da paz, as tentativas de tornar ilegal a prática da guerra e impedir a Segunda Guerra Mundial não teve êxito. Segundo Aron:

A afirmativa de que o pacto da Liga das Nações e o Pacto Briand-Kellog colocaram as guerras de agressão fora da lei parece exagerada, em comparação com as realidades da sociedade internacional da época: aqueles instrumentos eram uma manifestação de *wishful thinking*, não de leis.³⁵

73292006000100010. Acesso em: 11/11/2013.

³¹ WRIGHT, Quincy. **A study of War**. 2 Volumes. Chicago: University of Chicago. 1942. Disponível em:

<https://ia700504.us.archive.org/21/items/studyofwarvol11001580mbp/studyofwarvol11001580mbp.pdf>. Acesso em 10/09/2013. P. 473.

³² Pacto de Paris, 1928.

³³ PATRIOTA, Antonio de Aguiar, **O Conselho de Segurança após a Guerra do Golfo: a articulação de um novo paradigma de segurança coletiva**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1998. P. 17.

³⁴ Ibid P. 17.

³⁵ ARON, Raymond. **Paz e guerra entre as nações**. Trad. Sérgio Bath (1a. edição) Brasília: Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002. P. 708.

Dessa forma, os pactos da Liga das Nações e de Paris representavam a *opinio juris* de que a guerra era ilegal³⁶, mas sem excluir totalmente o uso da força se ela for de interesse comum, representando o consenso a respeito de que o objetivo das nações era a paz³⁷. E, de fato, até hoje o uso da força bélica é aceitável em alguns casos, um deles é o da intervenção com objetivos humanitários³⁸.

O trauma causado pelas violações e destruições da Segunda Guerra Mundial foi essencial para se buscasse, com a criação das Nações Unidas, a elaboração de um “sistema internacional mais eficiente no desestímulo e combate a atos de agressão”.³⁹

2.2 A SOBERANIA E O PRINCÍPIO DA NÃO INTERVENÇÃO

O direito internacional tem como ponto de partida a existência dos Estados, “comunidades políticas independentes, cada uma das quais possui um governo e afirma a sua soberania com relação a uma parte da superfície terrestre e a um segmento da população humana”.⁴⁰ A soberania incorpora tanto o poder sobre as autoridades internas e sobre a população quanto a independência em relação a “autoridades externas”.⁴¹

Kant destaca a importância do Princípio da Não Intervenção, consagrado pela Carta de São Francisco⁴², para a proteção da Soberania e a autonomia dos Estados:

³⁶ BARROS PLATIAU, Ana Flávia Granja e and VIEIRA, Priscilla Brito Silva. **A legalidade da intervenção preventiva e a Carta das Nações Unidas**. In *Rev. bras. polít. int.* [online]. 2006, vol.49, n.1, pp. 179-193. ISSN 0034-7329. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73292006000100010>. Acesso em: 11/11/2013.

³⁷ PATRIOTA, Antonio de Aguiar, **O Conselho de Segurança após a Guerra do Golfo: a articulação de um novo paradigma de segurança coletiva**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1998. P. 18.

³⁸ Ibid.

³⁹ PATRIOTA, 1998. Op. cit. P. 17.

⁴⁰ BULL, Hedley. **A Sociedade Anárquica. Um estudo da ordem na política mundial**. Tradução por Sérgio Bath. 1ª Ed. Universidade de Brasília. Brasília, 2002. P. 13

⁴¹ Ibid.

⁴² BETTATI, Mario. **O Direito de Ingerência: Mutação da Ordem Internacional**. Instituto Piaget. Lisboa, 1996.

Sem dúvida, não se aplicaria (o princípio da não-ingerência) ao caso em que um Estado se dividiu em duas partes devido a discórdias internas e cada uma representa para si um Estado particular com a pretensão de ser o todo; se um terceiro Estado presta, então, a ajuda a uma das partes não poderia considerar-se como ingerência na Constituição de outro Estado (pois só existe anarquia). Mas enquanto essa luta interna não está decidida, a ingerência de potências estrangeiras seria uma violação do direito de um povo independente que combate a sua enfermidade interna; seria, portanto, um escândalo, e poria em perigo a autonomia de todos os Estados.⁴³

Esse pensamento está presente em uma parte da doutrina que entende a violação dos princípios fundamentais do Direito Internacional como uma causa para a guerra e a desordem no âmbito das relações dos Estados, não se podendo justificar a intervenção de um Estado em outro.⁴⁴ Entretanto, para Kelsen:

[...] a soberania não é mais entendida no seu sentido absoluto, pelo contrário, ela é encarada atualmente no seu sentido relativo, isto é, como um feixe de competências que os Estados possuem, mas outorgado e limitado pela ordem jurídica internacional. Estado soberano deve ser entendido como sendo aquele que se encontra subordinado direta e imediatamente à ordem jurídica internacional, sem que exista entre ele e o Direito Internacional qualquer outra coletividade de permeio. É, assim, o Estado, sujeito de Direito Internacional com capacidade plena.⁴⁵

Disso infere-se que é possível verificar a tendência moderna de flexibilização do conceito de soberania em que não mais se dá um caráter absoluto ao poder soberano, estando ele subordinado ao Direito Internacional⁴⁶.

O conceito de soberania do artigo 2 da Carta das Nações Unidas dá igualdade a todos os Estados Membros da ONU, e estabelece que a soberania independe do poder político e econômico, prevalecendo a não intervenção⁴⁷. Consiste em um poder de controle de território baseado na autonomia dos estados:

⁴³ BETTATI, Mario. **O Direito de Ingerência: Mutação da Ordem Internacional**. Instituto Piaget. Lisboa, 1996.

⁴⁴ ALMEIDA, João Marques de. **International Political Theory and the Issue of Legitimate Intervention**. In Revista Nação e Defesa. 2ª série, nº 102. Instituto da Defesa Nacional, 2002. P. 162.

⁴⁵ KELSEN, Hans. **Teoria Geral do Direito e dos Estados**. 4ª ed. São Paulo. Martins Fontes, 2005. P. 513.

⁴⁶ Ibid.

⁴⁷ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, **Carta da Organização das Nações Unidas**. Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/documentos_carta.php>. Acesso em: 10 /10/2013.

Artigo 2. A Organização e seus Membros, para a realização dos propósitos mencionados no Artigo 1, agirão de acordo com os seguintes Princípios: 1. A Organização é baseada no princípio da igualdade de todos os seus Membros. 2. Todos os Membros, a fim de assegurarem para todos em geral os direitos e vantagens resultantes de sua qualidade de Membros, deverão cumprir de boa fé as obrigações por eles assumidas de acordo com a presente Carta. 3. Todos os Membros deverão resolver suas controvérsias internacionais por meios pacíficos, de modo que não sejam ameaçadas a paz, a segurança e a justiça internacionais. 4. Todos os Membros deverão evitar em suas relações internacionais a ameaça ou o uso da força contra a integridade territorial ou a dependência política de qualquer Estado, ou qualquer outra ação incompatível com os Propósitos das Nações Unidas. 5. Todos os Membros darão às Nações toda assistência em qualquer ação a que elas recorrerem de acordo com a presente Carta e se absterão de dar auxílio a qual Estado contra o qual as Nações Unidas agirem de modo preventivo ou coercitivo.⁴⁸

De acordo com a Carta, as controvérsias obedecerão aos meios pacíficos de resolução e o uso da força deverá ser evitado, além disso, é proibido às nações prestar auxílio à Estado que sofre coerção da ONU.

Alguns autores defendem que o conceito de soberania é incompatível com a intervenção humanitária, que seria um meio subversivo de criar tensão e conflito entre os Estados. Para Walker:

[...] a questão das intervenções humanitárias está associada a aporia existente entre a soberania estatal e a “soberania do sistema de estados. O problema seria como conciliar a relação muitas vezes problemática entre essas duas soberanias, já que o Estado soberano e o sistema de Estados soberanos não podem existir um sem o outro. Desta forma, pode-se questionar se a fonte da autoridade política está na soberania do Estado ou na “soberania do sistema” que possibilita a autoridade política do Estado. O Estado soberano decidindo a exceção pode, eventualmente, se encontrar com os limites do sistema de Estados para decidir a exceção no sistema. Em algum lugar a reconciliação tem sido buscada através de regras e organizações diplomáticas sistêmicas, tais como a ONU ou outras instituições políticas e de defesa. No entanto, a questão do princípio de não-intervenção versus a ordem internacional permanece. Assim sendo, segundo ele, as tendências para intervenções “humanitárias” deveriam ser vistas mais como renegociações do que como escolhas excludentes.⁴⁹

Já Segundo Krasner, a soberania nunca foi um conceito forte e foi

⁴⁸ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, **Carta da Organização das Nações Unidas**. Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/documentos_carta.php>. Acesso em: 10 /10/2013.

⁴⁹ WALKER, apud SILVA, Antonio Ruy de Almeida. **A Articulação entre direitos humanos e o uso da força**. In: Revista da Escola de Guerra Naval, v. 17, nº 2, Rio de Janeiro, 2011. P. 113-134.

constantemente desafiada na história.⁵⁰ Para ele:

A soberania nunca foi tão vibrante como muitos observadores contemporâneos sugerem. As normas convencionais de soberania têm sido sempre desafiadas. Alguns estados, notadamente os Estados Unidos, tiveram autonomia, controle e reconhecimento, para a maioria, de sua existência, mas a maioria dos outros não tiveram. As políticas de muitos países mais fracos foram persistentemente penetradas, e as nações mais fortes não ficaram imunes à influência externa. A China foi ocupada. As disposições constitucionais de Japão e Alemanha foram dirigidos pelos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial.⁵¹ (tradução livre)

Atualmente, o entendimento das Nações Unidas é o de que a soberania depende da responsabilidade do Estado para seu povo. Se não for cumprido, o contrato social entre o governo e seus cidadãos é nulo, e consequentemente a soberania não é legítima.⁵² Para Annan:

A soberania estatal, em sua acepção mais tradicional, está sendo redefinida – especialmente pelas forças da globalização e pela cooperação internacional. Existe agora uma convicção generalizada de que os estados devem ser entendidos como instrumentos a serviço de seus respectivos povos e não o contrário. Ao mesmo tempo, a soberania individual – com o que quero significar a liberdade fundamental de cada indivíduo resguardada pela Carta das Nações Unidas e tratados internacionais complementares – tem sido aperfeiçoada por uma renovada e expandida conscientização dos direitos individuais. Hoje, quando lemos a Carta, tornamo-nos mais do que nunca conscientes de que sua finalidade é proteger os seres humanos como indivíduos e não proteger os que deles abusam.⁵³ (tradução livre)

⁵⁰ KRASNER, Stephen D. **Sovereignty**. Foreign Policy; Washington. 2001. P. 1. Disponível em: http://www.columbia.edu/itc/sipa/S6800/courseworks/sovereignty_krasner.pdf. Acesso em: 12/11/2013.

⁵¹ Ibid. P. 1. Disponível em: http://www.columbia.edu/itc/sipa/S6800/courseworks/sovereignty_krasner.pdf Acesso em: 12/11/2013. No original: Sovereignty was never quite as vibrant as many contemporary observers suggest. The conventional norms of sovereignty have always been challenged. A few states, most notably the United States, have had autonomy, control, and recognition for most of their existence, but most others have not. The politics of many weaker states have been persistently penetrated, and stronger nations have not been immune to external influence. China was occupied. The constitutional arrangements of Japan and Germany were directed by the United States after World War II. The United Kingdom, despite its rejection of the euro, is part of the European Union.

⁵² HERMANN, Breno. **Soberania, não intervenção e não indiferença : reflexões sobre o discurso diplomático brasileiro** / Breno Hermann. – Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. P. 75.

⁵³ ANNAN, Kofi. **The two concepts of Sovereignty**. The Economist, 342, 18.09.1999. Disponível em: <http://www.economist.com/node/324795>. Acesso em 08 out, 2013. P. 49-50. No original: State sovereignty, in its most basic sense, is being redefined—not least by the forces of globalisation and international co-operation. States are now widely understood to be instruments at the service of their

Assim, para Annan, a Carta das Nações Unidas define que a soberania depende da forma como os Estados servem a seus cidadãos e seus direitos individuais, e que ela estabelece uma supremacia da soberania individual em relação a soberania estatal no que diz respeito aos direitos fundamentais⁵⁴.

Segundo Massingham, o dever de intervir recai sobre toda a comunidade internacional.⁵⁵ O meio encontrado para descarregar tal responsabilidade foi institucionalizá-la. Assim, a comunidade internacional passou a aceitar a legitimidade do Conselho de Segurança da ONU para autorizar as intervenções humanitárias, consequentemente aumentando o seu número⁵⁶. Nesse contexto, a legitimidade provém tanto da assinatura da Carta das Nações Unidas quanto da aceitação de grupos apoiadores dentro dos povos vítimas. Porém, nem sempre esse apoio existe.⁵⁷

A intervenção humanitária é apontada como um dos motivos para a relativização do princípio da Não Intervenção.⁵⁸ Litrento aponta o caráter limitador do mecanismo:

O princípio geral do ordenamento jurídico internacional é o da aceitação da jurisdição doméstica dos Estados. A exceção ao princípio decorre precisamente de dois fatores essenciais: 1o, perigo à paz e segurança internacionais; 2o, violação dos Direitos Humanos. Logo, a competência nacional sobre a jurisdição doméstica não é exclusiva, ainda que essencial. O princípio da não-intervenção vem a sofrer, pois, segundo a Carta da ONU, significativa limitação.⁵⁹

De acordo com esse princípio, assim como de acordo com Carta das

peoples, and not vice versa. At the same time individual sovereignty—by which I mean the fundamental freedom of each individual, enshrined in the charter of the UN and subsequent international treaties—has been enhanced by a renewed and spreading consciousness of individual rights. When we read the charter today, we are more than ever conscious that its aim is to protect individual human beings, not to protect those who abuse them.

⁵⁴ ANNAN, Kofi. **The two concepts of Sovereignty**. The Economist, 342, 18.09.1999. Disponível em: <http://www.economist.com/node/324795>. Acesso em 08 out, 2013. P. 49-50

⁵⁵ MASSINGHAM, Eve. **Military intervention for humanitarian purposes: does the Responsibility to Protect Doctrine advance the legality of the use of force for humanitarian ends?**. In International Review of the Red Cross. 2009. Disponível em: <<http://www.icrc.org/eng/assets/files/other/irrc-876-massingham.pdf>>. Acesso em: 27/09/2013. P. 817

⁵⁶ Ibid. P. 808.

⁵⁷ AYOUB, Mohammed. **Humanitarian Intervention and State Sovereignty**. The International Journal of Human Rights, London, v. 06, n. 01, p. 81-102, Spring 2002a. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/714003751>>. Acesso em: 12 out. 2012. P. 84.

⁵⁸ LITRENTO, Oliveiros. **Curso de Direito Internacional Público**. Rio de Janeiro: Forense, 2001. P. 248.

⁵⁹ Ibid

Nações Unidas, os estados não devem exercer autoridade e tampouco a força dentro da jurisdição de outros estados. Ou seja, tal princípio proíbe qualquer intervenção, inclusive aquelas com propósitos humanitários.⁶⁰ Assim, a intervenção humanitária seria uma “violação” que apenas seria legítima porque tem suporte na comunidade jurídica internacional.⁶¹ O princípio está consagrado no artigo 2 da Carta da ONU:

Todos os membros deverão evitar em suas relações internacionais a ameaça ou o uso da força contra a integridade territorial ou independência política de qualquer Estado, ou qualquer outra ação incompatível com os propósitos das Nações Unidas. Todos os membros darão às Nações toda a assistência em qualquer ação a que elas recorrerem [...], a qual as Nações Unidas agirem de modo preventivo ou coercitivo.⁶²

A Intervenção Humanitária interfere não apenas nos conflitos armados, mas em outras formas de ameaça aos elementos culturais, políticos e econômicos do Estado, podendo ser caracterizado como cobranças, embargos, bloqueios, intervenções humanitárias e militares⁶³.

Entretanto, para Nardin a intervenção humanitária obedece a tradição de que o uso da força é justificado pelo imperativo moral de punir os maus e proteger os inocentes.⁶⁴ Desse modo, a intervenção armada é justificada moralmente quando pessoas têm seus direitos violentamente infringidos por seus governantes e os estados utilizam a força para garantir o respeito aos direitos humanos das vítimas, permitindo-se a “quebra” motivada do princípio da não intervenção.⁶⁵

Ainda, as justificativas para a aplicação ou não do princípio da não intervenção dependem na verdade dos interesses das nações, o que ficou claro em 1994, em que nenhum país ou organização internacional interviu para conter o genocídio em Ruanda, resultando em 800 mil mortos, provavelmente porque a

⁶⁰ MELLO, Celso D. de Albuquerque. **Direitos Humanos e Conflitos Armados**. Renovar. Rio de Janeiro, 1997. P. 49.

⁶¹ Ibid. P. 49.

⁶² Carta das Nações Unidas, 1945.

⁶³ MELLO, 1997. Op cit. P. 49

⁶⁴ Carta das Nações Unidas, 1945.

⁶⁵ NARDIN, Terry. **The Moral Basis of Humanitarian Intervention**. *Ethics & International Affairs*, 2002. 16: P. 57–70.

região não oferecia nada que interessasse à nenhum agente da comunidade internacional.⁶⁶ Isto fez surgir o Princípio da Não-Indiferença, um novo conceito para o Direito Internacional como alternativa para o Princípio da Não-Intervenção e um meio para conter a sua insuficiência principalmente na África.⁶⁷ Para Seitenfuss:

Durante o massacre, a cultura securitária que conforma a Organização da Unidade Africana, assim como a Carta das Nações Unidas, parece ter servido à inércia destes agentes uma vez que, ao serem chamados ao auxílio, alegavam o dever de não interferir nos assuntos internos do país em questão, soberano em suas decisões⁶⁸. Aí se constata aquela que talvez seja a mais grave debilidade do Direito Internacional contemporâneo pensado e institucionalizado *desde e para* os países desenvolvidos. [...] A nova cultura securitária supera uma doutrina de não-intervenção, necessária nos anos 60 a 80, quando se davam os processos de descolonização no continente, mas incapaz de atender as demandas da nova época. Essa nova doutrina tem sido chamada de não-indiferença e tem suas raízes no conhecimento popular africano que afirma não ser possível desviar os olhos enquanto a casa de um vizinho está em chamas.⁶⁹

Este novo princípio traz a reflexão de que se deve priorizar a vida e a dignidade dos habitantes em detrimento à inviolabilidade dos limites dos Estados, não se extinguindo a soberania, mas substituindo-se a ideia de que a soberania como controle por uma de soberania como responsabilidade.⁶⁹

2.3 O DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO

As bases do Direito Humanitário Internacional foram as Convenções de Genebra, que, a partir de 1864, previam uma série de direitos e deveres para combatentes e não combatentes em tempos de guerra⁷⁰. As convenções foram fruto

⁶⁶ MADALOZZO, Taciana Ferro. **A legitimidade da intervenção da OTAN e a atuação da ONU na Guerra do Kosovo**. Monografia (Direito). Centro Universitário Curitiba – UNICURITIBA. Curitiba, 2009. P. 17.

⁶⁷ SEINTENFUS, Ricardo Antônio da Silva; ZANELLA, Cristine Koehler and MARQUES, Pâmela Marconatto. **O Direito Internacional repensado em tempos de ausências e emergências: a busca de uma tradução para o princípio da não-indiferença**. Rev. bras. Polít. Int. [online]. 2007, v. 50, n.2. P. 21.

⁶⁸ Ibid. P. 7

⁶⁹ Ibid. P. 8.

⁷⁰ SEINTENFUS, Ricardo Antônio da Silva; ZANELLA, Cristine Koehler and MARQUES, Pâmela Marconatto. **O Direito Internacional repensado em tempos de ausências e emergências: a busca de uma tradução para o princípio da não-indiferença**. Rev. bras. Polít. Int. [online]. 2007, v. 50,

do trabalho de Jean Henri Dunant, um cidadão suíço co-fundador do Movimento Internacional da Cruz Vermelha, que se comoveu com os horrores que presenciou durante a batalha de Solferino e os registrou no livro “Lembranças de Solferino”.⁷¹

Dunant, quando se deparou com o sofrimento dos soldados feridos, decidiu reunir as mulheres de aldeias próximas para prestar auxílio às vítimas. Esta iniciativa foi um marco histórico no Direito Humanitário e a premissa para a criação do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV), que até hoje é uma organização extremamente respeitada por sua neutralidade e imparcialidade.⁷² Ainda, lembra Macedo, “A intervenção do CICV só poderá ocorrer mediante aquiescência do Estado receptor. A potência protetora só pode atuar com o consentimento das partes.”⁷³

Nos artigos da Convenção de Genebra de 1864 estavam estabelecidos o princípio da proteção e cuidado dos militares feridos e enfermos, assim como o respeito e proteção das equipes e instalações sanitárias.⁷⁴

Assim, com a observação de experiências históricas começa a evolução do Direito Internacional Humanitário, de forma a incluir também os conflitos armados sem caráter internacional e o foco nas necessidades de modernizar o DIH⁷⁵.

Nesse sentido, segundo Henkin:

Subseqüentemente à Segunda Guerra Mundial, os acordos internacionais de direitos humanos têm criado obrigações e responsabilidades para os Estados, com respeito às pessoas sujeitas à sua jurisdição, e um direito costumeiro internacional tem se desenvolvido. O emergente Direito Internacional dos Direitos Humanos institui obrigações aos Estados para com todas as pessoas humanas e não apenas com estrangeiros. Este Direito reflete a aceitação geral de que todo o indivíduo deve ter direitos, os quais todos os Estados devem respeitar e proteger. Logo, a observância dos direitos humanos é não apenas um assunto de interesse particular do Estado (e relacionado à jurisdição doméstica), mas é matéria de interesse internacional e objeto próprio de regulação do Direito Internacional.⁷⁶

n.2. P. 7.

⁷¹ PRONER, Carol; GUERRA, Sidney [et al.]. **Direito Internacional Humanitário e a proteção internacional do indivíduo**. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 2008, P.16

⁷² RAMINA, Larissa. FILHO, Valter Fernandes da Cunha. **Segurança Internacional: desenvolvimento teórico, desafios concretos e paradoxos**. Juruá. Curitiba, 2013. P. 187.

⁷³ MACEDO, Paulo Emílio Vauthier Borges de. **A Ingerência Humanitária e a Guerra Justa**. In Direitos Humanos & Direito Internacional. 1ª Juruá. Curitiba, 2012.P. 156.

⁷⁴ PRONER; GUERRA, 2008, Op. cit. p.19.

⁷⁵ Ibid. P.19.

⁷⁶ HENKIN, Louis. **International Law: cases and materials**. 3 ed. Minnesota: West Publishing, 1993. P. 375-376.

Assim, a experiência do holocausto e das relações entre Estados durante a Segunda Guerra Mundial foi determinante para a evolução do Direito Internacional humanitário e a busca de métodos para a promoção e proteção dos direitos humanos⁷⁷. Pela primeira vez a atenção dos países se voltou ao controle da soberania para a segurança humana. Para Piovesan:

Apresentando o Estado como o grande violador de direitos humanos, a Era Hitler foi marcada pela lógica da destruição e da descartabilidade da pessoa humana. O legado do nazismo foi condicionar a titularidade de direitos, ou seja, a condição de sujeito de direito, ao pertencimento à determinada raça, como projeto político e industrial.⁷⁸

Foi nesse contexto de pós-guerra e necessidade de manutenção da paz que foi criada a Organização das Nações Unidas, em 24 de outubro de 1945, com a Carta das Nações Unidas, assinada inicialmente por 51 Estados. A carta trata de uma série de princípios e objetivos, elencados no seu artigo primeiro:

ARTIGO 1 - Os propósitos das Nações unidas são: 1. Manter a paz e a segurança internacionais e, para esse fim: tomar, coletivamente, medidas efetivas para evitar ameaças à paz e reprimir os atos de agressão ou outra qualquer ruptura da paz e chegar, por meios pacíficos e de conformidade com os princípios da justiça e do direito internacional, a um ajuste ou solução das controvérsias ou situações que possam levar a uma perturbação da paz; 2. Desenvolver relações amistosas entre as nações, baseadas no respeito ao princípio de igualdade de direitos e de autodeterminação dos povos, e tomar outras medidas apropriadas ao fortalecimento da paz universal; 3. Conseguir uma cooperação internacional para resolver os problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural ou humanitário, e para promover e estimular o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião;⁷⁹

Desde esse documento os conceitos de “humanidade” e “humanitarismo” foram objeto de referência em diversas Convenções Internacionais, porém sem lograr uma definição absoluta de humanidade e humanitarismo no direito

⁷⁷ PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e Justiça Internacional**. São Paulo: Saraiva, 2006. P. 8.

⁷⁸ Ibid. P. 9.

⁷⁹ Carta das Nações Unidas, 1945.

internacional.⁸⁰ Para Kant, humanidade é o que nos caracteriza como pessoas.⁸¹ Consiste na capacidade de decidir o que é moral e o que não é. A decisão não é apenas interior, mas a capacidade de racionalizar um fim em si mesmo. Uma pessoa é um *locus* de moral e é também a origem da moral.⁸² Pensar a moral é tanto uma atividade de auto-legislação quanto um exercício autônomo de racionalidade. Assim, a humanidade é uma racionalidade autônoma e é também o que faz uma pessoa inviolável. O reconhecimento de que uma pessoa é inviolável e uma fonte de valor moral é o que garante a dignidade humana⁸³. Portanto, é essa inviolabilidade à dignidade humana que deve pautar os direitos humanos no sentido da humanidade kantiana:

No reino dos fins, o dever não compete ao chefe, mas sim a cada membro, e a todos em igual medida. (...) a vontade de todo ser racional, deve sempre ser considerada ao mesmo tempo como legisladora, pois de outro modo não poderia ser concebida como fim em si. A razão refere assim toda máxima da vontade, concebida como legisladora universal, a toda outra vontade, e também a toda ação que o homem ponha para consigo: procede assim, não tendo em vista qualquer outro motivo prático ou vantagem futura, mas levada pela ideia da dignidade de um ser racional que não obedece a nenhuma outra lei que não seja, ao mesmo tempo, instituída por ele próprio.⁸⁴

Mas, para Bennedit, a moral seria plural, e as experiências de um determinado grupo no meio que o cerca seria o que determina a direção dos juízos da moral. Os preceitos morais dependem inevitavelmente do determinismo cultural. O relativismo moral busca de forma pertinente a superação da doutrina que classifica os povos em “civilizados” e “primitivos” sem a negação da moralidade e da necessidade de códigos éticos, mas com o reconhecimento de que eles não teriam um caráter objetivo e absoluto. Para Bennedit:

⁸⁰ NICHOLLS, Bruce. *Rubberband Humanitarism*. In Ethics & International Affairs. Vol. 1. 1a Edição. 1987. P. 193.

⁸¹ KANT, Immanuel. *A metafísica dos costumes*. Tradução: Edson Bini, 3ª Ed. São Paulo: Ícone, 2005. P. 434.

⁸² Ibid.

⁸³ Ibid. P. 435.

⁸⁴ Ibid. P. 434.

Nenhum homem jamais olha para o mundo com olhos imaculados. Ele o vê editado por um conjunto de costumes, instituições e modos de pensar. Mesmo em suas investigações filosóficas, ele não vai além desses estereótipos; seus próprios conceitos de verdade e falsidade referem-se aos seus particulares e tradicionais costumes.⁸⁵

Mas a concepção relativista cultural-moral seria aparentemente incompatível com os direitos humanos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Isto porque, apesar de ter sido aprovada por unanimidade nas Nações Unidas, com a abstenção de apenas alguns países como a União Soviética, Polônia e África do Sul, ela não exprime princípios morais universais⁸⁶. Entretanto, o relativismo para ser pertinente não deve ser *absolutamente* relativo. Ele deve aceitar a universalidade cultural e todas as influências nas concepções de moralidade sem excluir a capacidade humana de racionalização e empatia.⁸⁷

Assim, o debate moral dos direitos humanos não é uma verificação factual, mas um exercício de argumentação e apresentação de motivos ponderados. É por isso que é natural que existam discordâncias morais entre culturas, porque o exercício da racionalidade é naturalmente influenciado pelas experiências, paixões e deficiências de raciocínio humanas, além de poluído por interesses e conveniências.⁸⁸ Há então de se aceitar que há diversidade de concepções de moralidade em diferentes sociedades, e a busca por uma moral mais ou menos universal para os direitos humanos deve estar desassociada dos preconceitos culturais do ocidente e dos interesses e motivos injustificáveis abertamente.⁸⁹ Nesse sentido, Mutua defende:

⁸⁵ BENEDICT, Ruth. Op. cit., **Patterns of culture**. ed. 17. New York: Mentor Books, 1959. P. 18. No original: "No man ever looks at the world with pristine eyes. He sees it edited by a definite set of customs and institutions and ways of thinking. Even in his philosophical probings he cannot go beyond these stereotypes; his very concepts of true and false will still have reference to his particular traditional customs".

⁸⁶ MUTUA, M. **Savages, victims, and saviors: the metaphor of human rights**. Harvard International Law Journal, Cambridge, v. 42, n. 1, p. 201–245, 2001. Disponível em: http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1525547. Acesso em: 28/10/2013. P. 225.

⁸⁷ MURCHO, Desidério. **A defesa dos direitos humanos e o relativismo ético-moral serão compatíveis?** In Crítica (revista de Filosofia online), 2012. Disponível em: <http://ideias-em-movimento.blogs.sapo.pt/4541.html>. Acesso em: 28/10/2013.

⁸⁸ Ibid.

⁸⁹ Ibid.

Ainda que a metáfora dos direitos humanos seja uma grande narrativa, o terceiro mundo é obrigado a seguir um roteiro particular da história. Esse roteiro substitui a esperança para um futuro da comunidade internacional de nacionalismo liberal e auto-determinação interna e democrática. A impressão é que só é possível uma comunidade internacional unitária neste modelo se o terceiro mundo seguir o exemplo e subir a escada civilizacional. Entretanto, eu argumento que esse modelo histórico, como agora é difundido pelos movimentos dos direitos humanos, não consegue responder às necessidades do terceiro mundo na ausência de um repensar racional e uma reestruturação da ordem internacional.⁹⁰

Flores, segundo Proner, sustenta a superação de concepções formalistas, normativas e idealistas para a construção de uma busca por uma proposta realista, histórica e contextualizada de Direitos Humanos. A busca é resultado de lutas sociais, políticas e culturais, retratadas pela história mundial, cuja meta é a vida com dignidade, e esta categoria normativa só pode se realizar através da luta social.⁹¹

Dessa forma, Mutua defende que os Direitos Humanos tidos como “universais” vêm sendo usados como política externa contra os Estados não-ocidentais:

Na erudição de muitos acadêmicos ocidentais, os mesmos acentuados contrastes são traçados entre defensores dos direitos humanos e os selvagens culturais ou políticos, que devem ser civilizados por direitos humanos. Democracias industriais, nas últimas duas décadas, têm trabalhado para vincular direitos humanos a aspectos de política externa, como a ajuda ao desenvolvimento, auxílio e comércio com Estados não-ocidentais. Tal articulação exige que o recipiente, geralmente um estado não-ocidental, adapte aspectos de suas leis internas, políticas ou programas aos Direitos Humanos ou a normas democráticas. A manobra coercitiva se destina a civilizar o Estado ofendido. Nesse aspecto, os países ocidentais costumam usar os direitos humanos como uma ferramenta de política externa contra Estados não-ocidentais.⁹²

⁹⁰ MUTUA, M. **Savages, victims, and saviors: the metaphor of human rights**. Harvard International Law Journal, Cambridge, v. 42, n. 1, p. 201–245, 2001. Disponível em: http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1525547. Acesso em: 28/10/2013. P. 243.

⁹¹ PRONER, Carol. CORREAS, Oscar. **Teoria Crítica dos Direitos Humanos: in memoriam Joaquín Herrera Flores**. Fórum. Belo Horizonte, 2011. P. 132.

⁹² MUTUA, 2001. Op cit.P. 223. No original: In scholarship by many Western academics, the same sharp contrasts are drawn between human rights supporters and the cultural or political savage who must be civilized by human rights. Industrial democracies in the last two decades have worked to link human rights to aspects of foreign policy such as development assistance, aid, and trade with non-Western states. Such linkage requires the recipient, usually a non-Western state, to conform aspects of its domestic laws, policies, or programs to human rights or democratic norms. The coercive maneuver is intended to civilize the offending state. In this sense, Western states frequently use human rights as a tool of foreign policy against non-Western states.

Para fazer valer esses direitos humanos “universais”, foram criados os conceitos de humanitarismo, que cresceram originalmente das tradições religiosas judaicas e cristãs de ajuda àqueles que sofrem. Mas para Nicholls, uma definição consciente de humanitarismo escapou das autoridades públicas e privadas⁹³.

Assim, é difícil encontrar um consenso sobre o significado do adjetivo “humanitário”, ainda que se possa examinar as manifestações de caráter humanitário desde a criação da ONU para entender como ele foi empregado. No âmbito do direito de guerra, foram empregados os princípios “universais”⁹⁴ de humanidade, que seriam regras supostamente aplicáveis a todos os elementos de uma sociedade, enfatizando a proporcionalidade, tradições cavalheirescas de reciprocidade e os direitos e obrigações dos Estados.⁹⁵ No âmbito dos direitos humanos, há a referência às cláusulas internacionais que asseguram o respeito pelo pleno desenvolvimento humano e os direitos individuais. No âmbito da assistência humanitária internacional, há a preocupação com as necessidades imediatas das vítimas de crises ou emergências humanitárias, sem ignorar suas necessidades de longo prazo.⁹⁶

A ideia de segurança coletiva surge como uma tentativa, segundo Patriota, idealista e fracassada de evitar a recorrência do horror da primeira Guerra Mundial⁹⁷. Após a segunda Guerra Mundial, ela toma aspectos mais realistas nos termos da Carta da ONU, mas só vem a se desenvolver após a Guerra do Golfo⁹⁸. Ainda assim, já se pode observar uma preocupação com a matéria ao final da segunda guerra mundial e o fracasso da Liga das Nações, quando os apelos para a criação de um órgão para a manutenção da paz e dos Direitos Humanos e para uma cooperação entre os países mais efetiva.⁹⁹

Hoje, tampouco há um consenso sobre os princípios das ações humanitárias. A doutrina tradicional do humanitarismo, baseada nas revisões das

⁹³ NICHOLLS, Bruce. *Rubberband Humanitarianism*. In Ethics & International Affairs. Vol. 1. 1ª Edição. 1987. P. 193.

⁹⁴ VASAK, Karel. *A thirty-year struggle*. In Unesco Courier, 1977. P. 29.

⁹⁵ KEEN, M. *The Laws of War in the Late Middle Ages*. Routledge and Kegan Paul. London, 1965.

⁹⁶ WHEELER, Nicholas J. *Saving Strangers: Humanitarian Intervention in International Society*. New York: Oxford University Press, 2000. P. 34.

⁹⁷ PATRIOTA, Antonio de Aguiar, *O Conselho de Segurança após a Guerra do Golfo: a articulação de um novo paradigma de segurança coletiva*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1998. P. 200.

⁹⁸ Ibid.

⁹⁹ Ibid. P. 201.

normas do Direito Internacional propostas pelo Comitê Internacional da Cruz Vermelha¹⁰⁰, exige que haja um foco nas necessidades das vítimas, que essas necessidades sejam garantidas de uma forma não discriminatória e que a operação seja politicamente imparcial e ideologicamente neutra. Em áreas de combate, a assistência humanitária deve ser especialmente direcionada aos não combatentes.¹⁰¹

Para Nicholls, atualmente o conceito inicial foi esticado “como um elástico de borracha” para abranger diversas atividades, na medida que deixou de ser um fundamento da assistência humanitária para potencialmente tornar-se uma mera justificativa para as atividades políticas que dela necessitavam¹⁰². Assim, para sobreviver, a prática foi forçada a combinar o bem moral com o politicamente útil, de modo a também beneficiar todas as partes mais interessadas na sua utilidade política do que no alívio do sofrimento humano¹⁰³. Na sua forma clássica, a assistência humanitária tem como foco as necessidades imediatas e de longo prazo das vítimas de desastres políticos ou naturais¹⁰⁴. A controvérsia está quando esta doutrina é moldada aos interesses dos praticantes da assistência, estes pouco preocupados com os efeitos de seus atos para as vítimas dos desastres.¹⁰⁵

O único consenso a respeito do tema era a vontade de que não se repetissem as atrocidades cometidas nas guerras anteriores.¹⁰⁶ A ordem mundial na época do pós-guerra demonstrava tendências intervencionistas que perduram até hoje, com a ideia de que a intervenção seria o método adequado para garantir os direitos humanos, a ordem e a estabilidade. Para tanto, a ONU criou diversos tipos de ações para conter os conflitos e violações¹⁰⁷.

Apesar de não ser uma operação militar, a diplomacia preventiva é

¹⁰⁰ PRONER, Carol; GUERRA, Sidney [et al.]. **Direito Internacional Humanitário e a proteção internacional do indivíduo**. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 2008, P. 15.

¹⁰¹ PATTISON, **Legitimacy and Humanitarian Intervention: Who Should Intervene?**, In **The International Journal of Human Rights**, 12:3, 2008. 395-413. Disponível em: < <http://www.jamespattison.co.uk/papers/IJHR.pdf>>. Acesso em 29/10/2013. P. 378.

¹⁰² NICHOLLS, Bruce. **Rubberband Humanitarianism**. In *Ethics & International Affairs*. Vol. 1. 1ª Edição. 1987. P. 191.

¹⁰³ Ibid. P. 190.

¹⁰⁴ Ibid. P. 189.

¹⁰⁵ NICHOLLS, Bruce. **Rubberband Humanitarianism**. In *Ethics & International Affairs*. Vol. 1. 1ª Edição. 1987. P. 196.

¹⁰⁶ PATRIOTA, Antonio de Aguiar, **O Conselho de Segurança após a Guerra do Golfo: a articulação de um novo paradigma de segurança coletiva**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1998P. 17.

¹⁰⁷ Ibid. P. 18

considerada uma ação que compreende as atividades conciliatórias com finalidade de prevenir o surgimento de conflito, evitar que as disputas existentes se tornem conflitos armados e impedir que estes se alastrem. Está mencionada no capítulo VI da Carta das Nações Unidas.¹⁰⁸

As operações *peacemaking* são aquelas que ocorrem após o início do conflito, que tem por objetivo levar à negociação entre as partes. Podem incluir o isolamento diplomático, sanções e ações coercitivas previstas no capítulo VII.¹⁰⁹

As ações *peacekeeping* têm como objetivo a implementação ou o monitoramento do controle de conflitos, e devem ser complementadas de forma a estabelecer uma solução duradoura para o conflito com esforços políticos e diplomáticos. São empreendidas por civis, militares e policiais com o consentimento das partes, mas não estão enquadradas exatamente nos capítulos VI e VII da Carta da ONU, por isso são situadas pelos analistas no “capítulo VI e meio”.¹¹⁰

A consolidação da paz ou *post-conflict peace-building* se refere às operações mantidas após a celebração de um acordo de paz, e tem como objetivo recuperar a estrutura física, recompor as estruturas institucionais e a atividade econômica. O foco dessas operações é o desenvolvimento social e econômico do país território do conflito e a reconciliação nacional.¹¹¹

Existem também as operações de *peace-enforcement* ou imposição de paz, em que há o uso de força armada para restaurar ou manter a paz e a segurança por determinação do CS, podendo ser delegadas a organizações regionais ou sub-regionais e a coalizões de países a execução do mandado de intervenção.¹¹²

2.4 A INTERVENÇÃO HUMANITÁRIA

As intervenções humanitárias são ações organizadas, governamentais ou

¹⁰⁸ FONTOURA, Paulo R. C. T. **O Brasil e as Operações de Manutenção da Paz das nações Unidas**. Brasília: FUNAG, 1999. Disponível em: <http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/0008.pdf>. Acesso em 29/10/2013. P. 35.

¹⁰⁹ Ibid. P. 34.

¹¹⁰ Ibid. P. 35.

¹¹¹ FONTOURA, Paulo R. C. T. **O Brasil e as Operações de Manutenção da Paz das nações Unidas**. Brasília: FUNAG, 1999. Disponível em: <http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/0008.pdf>. Acesso em 29/10/2013. P. 34.

¹¹² Ibid. P. 35.

não (organizadas por estados ou por organismos não estatais, agências humanitárias da ONU, Médicos Sem Fronteiras, Comitê internacional da Cruz Vermelha e outras ONG's), coercitivas ou não, militares ou não, com ou sem uso da força, com o objetivo de proteger os direitos humanos dos indivíduos de um país ou região, abrangendo a assistência humanitária em casos de crises ou catástrofes e de situações de conflitos, bem como as violações de direitos humanos por governos.¹¹³ São estes últimos casos os objetos de maior polêmica, pois tais conceitos apresentam uma antiga contradição, a de utilizar-se a força armada em nome da paz e da justiça.

Ao final do século XIX já se pode identificar a existência da ideia de intervenção humanitária apesar da literatura a respeito ser um tanto quanto vaga na época. Em 1921 Stowell a descreveu a chamada “intervenção de humanidade” como:¹¹⁴

A dependência da força com o objetivo justificável de proteger os habitantes de outro Estado do tratamento que seja tão arbitrário e persistentemente abusivo que ultrapasse os limites da autoridade que o soberano presumidamente deve exercer com razão e justiça.¹¹⁵

Já no século XX, a prática da intervenção, tanto armada quanto diplomática, foi expressamente proibida no Pacto Kellog-Briand em 1928¹¹⁶, sendo legalmente reestabelecida a partir da criação das Nações Unidas¹¹⁷.

No artigo 2º da Carta das Nações Unidas está estabelecido que: é vedado a qualquer Estado-Membro “a ameaça ou o uso da força contra a integridade territorial ou a dependência política de qualquer Estado”, ainda dispõe no artigo 39 que o Conselho de Segurança possui autoridade para ordenar e deliberar a respeito de

¹¹³ PATTISON, **Legitimacy and Humanitarian Intervention: Who Should Intervene?**, In **The International Journal of Human Rights**, 12:3, 2008. 395-413. Disponível em: < <http://www.jamespattison.co.uk/papers/IJHR.pdf>>. Acesso em 29/10/2013. P. 378.

¹¹⁴ DELGADO, Vladimir Chaves. **A Soberania dos Estados Face a Questão da Ingerência Humanitária no Direito Internacional Público**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/rev_76/artigos/vladimir_rev76.htm. Acesso em 28/10/2013.

¹¹⁵ STOWELL, 1921 apud WEISS, Thomas G. **Military-Civilian Interactions: Humanitarian Crisis and the Responsibility to Protect**. Rowman and Littlefield Publishers Inc, USA, 2005. P. 8.

¹¹⁶ Pacto de Paris, 1928.

¹¹⁷ AMARAL JÚNIOR, Alberto do. **O Direito de Assistência Humanitária**. Renovar, Rio de Janeiro, 2003. P. 276.

operações militares em situações que botem em perigo a paz e a segurança internacionais”.¹¹⁸ Seria então, o CS a autoridade competente para decidir acerca da possibilidade de violação do Princípio da Soberania.

A evolução das comunicações permitiu a disseminação da informação a respeito das práticas desumanas pelo mundo, transcendendo as fronteiras e impedindo que fossem ignorados os abusos aos direitos humanos, ainda que em países distantes¹¹⁹. É inegável que houveram seletividades a respeito de quais casos receberiam uma intervenção, mas a relevância da opinião pública vem crescendo e influenciando a frequência em que ocorrem as missões humanitárias.

Antigamente o fundamento para a violação do Princípio da Soberania era a disseminação da civilização e controle das práticas “bárbaras”, agora é a luta contra o terrorismo e a tirania que é usada como instrumento de uma política provavelmente imperialista que busca redesenhar o mundo de acordo com uma moralidade considerada universal. Mas a maior hipocrisia está no uso da “guerra pelos direitos humanos”¹²⁰ para justificar a intervenção. É por isso que diversos autores defendem que a intervenção humanitária não pode ser uma guerra por si só, mas um mecanismo para a proteção dos indivíduos que procure minimizar os danos causados e evitar consequências indesejáveis.¹²¹

Segundo Ramina:

O intelectual e escritor belga Jean Bricmont, em recente fala na Unesco, chama a atenção para o que rotulou de “noção falaciosa de guerra humanitária”, e denuncia um condicionamento ideológico proveniente das mídias, que segundo ele visam a tornar uma intervenção militar na Síria aceitável aos olhos da opinião pública mundial. Para embasar sua tese, Bricmont constata que historicamente, todas as guerras foram sempre justificadas em intenções altruístas, como o cristianismo e sua missão civilizadora, o fardo do “homem branco”, Hitler e a defesa contra o bolchevismo, depois a luta contra o terror, e hoje a chamada guerra pelos direitos humanos, intitulada de “ingerência humanitária”. [...] A paz mundial, ressalta, depende da ordem internacional construída após a Segunda Grande Guerra, que por sua vez assenta-se sobre o respeito da soberania nacional dos Estados. Foi a ingerência da Alemanha na Tchecoslováquia,

¹¹⁸ Carta das Nações Unidas, 1945.

¹¹⁹ AMARAL JÚNIOR, Alberto do. **O Direito de Assistência Humanitária**. Renovar, Rio de Janeiro, 2003. P. 277.

¹²⁰ RAMINA, Larissa. **A falácia da intervenção “humanitária” na Síria**. Carta Maior. 29 de jul. de 2012. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/A-falacia-da-intervencao-humanitaria-na-Siria%0d%0a/6/25771>. Acesso em: 19/08/2013.

¹²¹ AMARAL JÚNIOR, 2003. Op. cit. P. 277.

relembra, depois na Polônia, em nome da defesa das minorias, que desencadeou aquele conflito mundial, sorte de pretexto que também foi utilizado na carnificina do Kosovo e no Iraque em relação aos curdos. A ideia central é que a política intervencionista das grandes potências, embora esteja sempre lastreada em motivos nobres, consiste em uma violação total da ordem internacional estabelecida em 1945 com a criação da Organização das Nações Unidas, e não afasta o risco de conduzir a uma nova grande guerra.¹²²

Assim, a intervenção humanitária é um mecanismo imperfeito que deve ser aprimorado e utilizado com cautela, e a atenção da sociedade internacional sempre deve estar voltada ao controle da legalidade e da legitimidade das operações de caráter humanitário, sempre questionando se são à vítimas ou ao interventor que convém a intervenção.¹²³

¹²² RAMINA, Larissa. **A falácia da intervenção “humanitária”** na Síria. Carta Maior. 29 de jul. de 2012. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/A-falacia-da-intervencao-'humanitaria'-na-Siria%0d%0a/6/25771>. Acesso em: 19/08/2013.

¹²³ PATTISON, James. **Humanitarian intervention, the Responsibility to Protect and jus in bello. In Global Responsibility to Protect** I, 2009, Disponível em <[http://www.jamespattison.co.uk/papers/J%20Pattison%20\(2009\)%20Humanitarian%20Intervention,%20the%20Responsibi.pdf](http://www.jamespattison.co.uk/papers/J%20Pattison%20(2009)%20Humanitarian%20Intervention,%20the%20Responsibi.pdf)>, Acesso em 27/10/2013. P. 237.

3 LEGITIMIDADE

Após algumas operações desastrosas e omissas, o debate quanto à legitimidade da intervenção humanitária se intensificou. Frequentemente utiliza-se do argumento humanitário como fonte de legitimidade para a intervenção. Para Nardin¹²⁴, tal justificativa tem refletido mais o imperialismo do que o humanitarismo, sendo que o primeiro invoca o segundo para legitimar suas ações e mudar os regimes da forma que lhe convém.

Um dos debates mais relevantes do Direito Humanitário trata da natureza da intervenção humanitária e questiona se ela seria um dever ou um direito. Para Pattison, há um dever de intervir da mesma forma que há um dever de ordem moral de prestar socorro, sob pena de responsabilidade pelo resultado, quando uma pessoa está diante de uma emergência e ela tem condições de socorrer a vítima¹²⁵. Ele acredita que:

Eu penso que terceiros tem dever de deter a violação de direitos humanos de outros. Quando isso é de pouco custo, a existência desse dever parece patente. Suponha-se que Alan usa uma faca para atacar Bob, que é inocente. Sem o risco de danos a si mesmo, Chris poderia desarmar Alan (digamos que Chris tenha uma arma). Parece-me que Chris tem o dever de desarmar Alan, já que ele pode evitar uma violação flagrante aos direitos de Alan, sem risco para si mesmo. Assim como devemos salvar uma criança se afogando em uma lagoa quando os custos são insignificantes, nós também devemos salvar uma criança *sendo afogada* em uma lagoa quando os custos são insignificantes. Claro que, a existência deste dever torna-se mais complexo quando há custos potencialmente importantes envolvidos. Se Alan também tem uma arma, podemos pensar de forma diferente sobre se Chris tem o dever de intervir. Nessa medida, concordo com Miller quando eu argumento que quando é excessivamente onerosa para os potenciais intervenientes, a intervenção humanitária não é um dever, ao contrário, é inadmissível.¹²⁶

¹²⁴ NARDIN, Terry. **The Moral Basis of Humanitarian Intervention**. *Ethics & International Affairs*, 2002. 16.P. 58.

¹²⁵ PATTISON, James. **Humanitarian intervention, the Responsibility to Protect and jus in bello**. In **Global Responsibility to Protect** I, 2009, Disponível em <[http://www.jamespattison.co.uk/papers/J%20Pattison%20\(2009\)%20Humanitarian%20Intervention,%20the%20Responsibi.pdf](http://www.jamespattison.co.uk/papers/J%20Pattison%20(2009)%20Humanitarian%20Intervention,%20the%20Responsibi.pdf)>, Acesso em 27/10/2013. P. 237.

¹²⁶ Id. **Author's Reply to Reviews of "Humanitarian Intervention and the Responsibility to Protect: Who Should Intervene?"** by James Pattison', *Global Discourse* [Online], 2: 1, 2011. Disponível em: <http://globaldiscourse.files.wordpress.com/2011/05/pattison.pdf>. Acesso em: 20/10/2013. No original: I think that third parties *do* have duties to halt the violations of others' human rights. When this is of little cost, the existence of this duty seems patent. Suppose that Alan uses a knife to attack Bob, who is innocent. Without the risk of harm to himself, Chris could disarm Alan (say that Chris has a gun). It seems to me that Chris has a duty to disarm Alan, given that he can prevent

Com isso, a obrigação de intervir depende da onerosidade da operação para o interventor. Não se pode exigir que um Estado arrisque a vida de milhares de cidadãos nacionais para salvar a vida de estranhos.¹²⁷ Se um governante decide arriscar a vida de seus soldados e deslocar recursos que poderiam ser destinados para o bem de seu próprio povo, possivelmente será em benefício de sua nação e não exclusivamente para o resgate das vítimas. Mas isso torna difícil dar credibilidade para qualquer operação, e é uma questão a ser analisada quando se decide a respeito da legitimidade de uma intervenção¹²⁸.

É necessário apresentar à sociedade um mínimo de segurança de que as ações serão baseadas na legalidade, humanidade e na busca da paz. Mas, para Pattison, há uma grande dificuldade em se prever os resultados de uma intervenção¹²⁹. Segundo o autor:

Se nós não podemos prever os prováveis resultados da intervenção, então confiar nas prováveis consequências para julgar sua eficácia moral – como os consequencialistas e aqueles, como eu, que dão um peso significativo às consequências – nos deixa incapazes de julgar o caso da intervenção. Dadas as dificuldades epistêmicas, parece ser melhor adotar uma alternativa, não-consequencialista, que foca nas considerações aparentemente mais mensuráveis, como se a intervenção tem o requisito da autoridade legal.¹³⁰

an egregious violation of Alan's rights without risk to himself. Just as we should save a child *drowning* in a pond when the costs are insignificant, so too we should save a child *being drowned* in a pond when the costs are insignificant. Of course, the existence of this duty becomes more complex when there *are* potentially significant costs involved. If Alan also has a gun, we may think differently about whether Chris has a duty to intervene. To that extent, I agree with Miller when I argue (p. 17) that when it is excessively costly to potential interveners, humanitarian intervention is *not* a duty and, on the contrary, is impermissible.

¹²⁷ PATTISON, James. **Author's Reply to Reviews of "Humanitarian Intervention and the Responsibility to Protect: Who Should Intervene?"** by James Pattison', *Global Discourse* [Online], 2: 1, 2011. Disponível em: <http://globaldiscourse.files.wordpress.com/2011/05/pattison.pdf>. Acesso em: 20/10/2013. P. 269.

¹²⁸ Id, **Legitimacy and Humanitarian Intervention: Who Should Intervene?**, In *The International Journal of Human Rights*, 12:3, 2008. 395-413. Disponível em: <<http://www.jamespattison.co.uk/papers/IJHR.pdf>>. Acesso em 29/10/2013. P. 410.

¹²⁹ Id. **Ethics on Humanitarian Intervention in Libya**. *Ethics & International Affairs*, Cambridge, v. 25, n.03, set. 2011a. Disponível em: <<http://journals.cambridge.org/action/displayIssue?jid=EIA&volumeId=25&seriesId=0&issueId=03>>. Acesso em: 25/09/2013.

¹³⁰ Ibid. No original: If we cannot predict the likely outcomes of the intervention, then relying on likely consequences to judge its moral efficacy—as do consequentialists and those, like me, who give significant weight to consequences—leaves us unable to judge the case for intervention. Given the epistemic difficulties, it may seem better to adopt an alternative, nonconsequentialist account that focuses on seemingly more assessable considerations, such as whether the intervention has the requisite legal authority. P. 271-277

Por isso, o problema da intervenção legítima tem sido um dos principais tópicos de discussão na agenda internacional desde a Guerra Fria, e suas condições de legitimidade passaram a receber muito mais atenção do que a questão da observância ou não do princípio da não intervenção.¹³¹

Assim, a legitimidade das intervenções se refere a três problemas: o das causas que justificam uma intervenção, o de quem tem legitimidade para intervir e o de quais são os objetivos políticos da intervenção.¹³² Quanto à solução desses problemas, a doutrina pode ser dividida em três grandes vertentes: o realismo, o pluralismo e o solidarismo¹³³, sendo importante a sua definição no presente trabalho.

3.1 REALISMO

Desde os anos 70 a doutrina do realismo é definida como aquela que sugere que os Estados irão perseguir apenas seus interesses vitais de sobrevivência, e que tais estados resistem ou devem resistir à tentação de buscar objetivos universais, como, por exemplo, uma instalação forçada do regime liberal no mundo todo¹³⁴. Para os realistas, a condição anárquica do sistema internacional seria a justificativa para a legitimidade das intervenções, sendo que na ausência de uma autoridade política universal, cada estado pode escolher sua própria política, sem nenhuma restrição quanto às possíveis escolhas, e em alguns casos a intervenção pode ser a única fonte de segurança nacional.¹³⁵

A preocupação com a segurança nacional pode significar uma intervenção em países vizinhos pelo medo de que os problemas ocorridos nesses países afetem a segurança do país interventor, essa intervenção também pode resultar do interesse em preservar o poder.¹³⁶

Para os adeptos da doutrina realista, um país buscaria uma intervenção se

¹³¹ ALMEIDA, João Marques de. **International Political Theory and the Issue of Legitimate Intervention**. In Revista Nação e Defesa. 2ª série, nº 102. Instituto da Defesa Nacional, 2002. P. 157.

¹³² Ibid. P. 157.

¹³³ Ibid. P. 157-158.

¹³⁴ FIOTT, Daniel. **Realist Thought and Humanitarian Intervention**. In The international History Review, Vol. 25. No. 4. Routledge. 2013. P. 768. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/07075332.2013.817466>. Acesso em: 11/11/2013.

¹³⁵ ALMEIDA, 2002. Op cit. P. 158.

¹³⁶ FIOTT, 2013. Op cit. P. 768.

a realidade afeta a vida de seus cidadãos de forma primordial, e ainda, uma intervenção catastrófica poderia ter consequências ruins no prestígio e no poder do país interventor.¹³⁷

Segundo esse pensamento, não há como conciliar as noções particulares de cada Estado a respeito de direitos, valores e universalidade.¹³⁸ Por isso, não haveria como dizer se uma intervenção seria justa ou não, sendo sua prática sempre contraditória e causaria desentendimentos entre superpotências, levando a uma possível guerra.¹³⁹ Por isso, as intervenções devem se restringir aos casos em que as necessidades vitais do país interventor correm algum risco.¹⁴⁰

Os realistas ainda aceitam a possibilidade de uma intervenção unilateral, sendo que independentemente do número de interventores, há legitimidade nas intervenções justificadas com o objetivo de proteger a segurança nacional e preservar o equilíbrio de poder, bem como aquelas com objetivo de aquisição de poder estatal.¹⁴¹ Numa perspectiva mais moderna de realismo, se não houver mais a necessidade de intervenção para o equilíbrio de poder, aí então pode se partir para outras formas de assistência.¹⁴²

3.2 PLURALISMO

A Escola Inglesa foi a primeira escola de pensamento a se preocupar com o conceito de intervenção. Ela pode ser dividida entre a perspectiva pluralista e a perspectiva solidarista¹⁴³.

Quanto aos pluralistas, esses defendem de forma incisiva o Princípio da Não-Intervenção e apresentam uma série de motivos para impedir uma intervenção. Para eles, as intervenções geralmente produzem guerras, e a estabilidade internacional seria mais importante do que os direitos e proteções humanitárias das

¹³⁷ FIOTT, Daniel. **Realist Thought and Humanitarian Intervention**. In The international History Review, Vol. 25. No. 4. Routledge. 2013. P. 768. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/07075332.2013.817466>. Acesso em: 11/11/2013.

¹³⁸ ALMEIDA, João Marques de. **International Political Theory and the Issue of Legitimate Intervention**. In Revista Nação e Defesa. 2ª série, nº 102. Instituto da Defesa Nacional, 2002. P. 159.

¹³⁹ Ibid. P. 159.

¹⁴⁰ Ibid. P. 158.

¹⁴¹ Ibid. P. 161.

¹⁴² FIOTT, 2013. Op cit. P. 777.

¹⁴³ Ibid. P. 162.

minorias.¹⁴⁴ Nesse sentido, a falta de consenso quanto à legitimidade das intervenções leva à ideia de que os Estados agirão conforme seus princípios morais individuais¹⁴⁵, então mais vale evitar que se enfraqueça a ordem internacional do que praticar uma intervenção que não pode ser legitimada.¹⁴⁶

Ainda, a função do Princípio da Não Intervenção seria a proteção da soberania, o que deveria ser a prática regente da política internacional, tendo as intervenções humanitárias legítimas caráter de exceções à regra.¹⁴⁷

A escola pluralista se preocupa com a forma com que as intervenções podem ser utilizadas como armas políticas e instrumentos de expansão territorial, evidenciando que elas ocorrem mais frequentemente nas relações entre grandes potências e países “fracos”.¹⁴⁸ Assim, uma das críticas feitas pelos pluralistas é a de que é comum que uma intervenção inicie como humanitária e termine egoísta¹⁴⁹. Para Wheeler, que se considera um solidarista mas também aproxima sua teoria à vertente pluralista, um dos grandes problemas do instrumento é a seletividade que permeia as decisões quanto a prática ou não da intervenção, o que leva os Estados a apenas intervir quando isto serve aos seus interesses.¹⁵⁰ Nesse sentido, Bull:

[...] a demanda por uma centralização da direção em escala global origina-se quase que exclusivamente nos países ocidentais, e que os estados do Terceiro Mundo, assim como os socialistas, defendem com veemência a soberania estatal (vide o Capítulo 12). Subjacente a essa posição, e em particular a dos países do Terceiro Mundo, está a percepção de que, neste momento, uma maior centralização do poder resultaria com toda probabilidade não em redistribuição efetiva da riqueza, de recursos e de poder que lhes fosse favorável, mas simplesmente na consolidação da distribuição atual. Como todos os defensores de uma autoridade centralizada, os globalistas radicais presumem que ela irá incorporar os seus próprios valores. Possivelmente, o mais provável é que uma autoridade mundial centralizada refletirá os valores das grandes potências de hoje, pois só elas teriam condições de transformá-la em realidade.¹⁵¹

¹⁴⁴ ALMEIDA, João Marques de. **International Political Theory and the Issue of Legitimate Intervention**. In Revista Nação e Defesa. 2ª série, nº 102. Instituto da Defesa Nacional, 2002. P. 162.

¹⁴⁵ WHEELER, Nicholas J. **Saving Strangers. Humanitarian Intervention in International Society**. Oxford University Press. New York, 2000. P. 29.

¹⁴⁶ ALMEIDA, 2002. Op. cit. P. 162.

¹⁴⁷ Ibid. P. 162.

¹⁴⁸ Ibid. P. 163.

¹⁴⁹ Ibid. P. 162.

¹⁵⁰ WHEELER, Nicholas J. **Saving Strangers. Humanitarian Intervention in International Society**. Oxford University Press. New York, 2000. P. 30.

¹⁵¹ BULL, Hedley. **A Sociedade Anárquica. Um estudo da ordem na política mundial**. Tradução por Sérgio Bath. 1ª Ed. Universidade de Brasília. Brasília, 2002. P. 341.

De uma forma minimalista, se deduz que não haveria como estabelecer um consenso quanto a qual caso constituiria causa justa para uma intervenção, tampouco quanto à gravidade da violação dos direitos humanos.¹⁵²

Nesse sentido, os direitos humanos não seriam universais. Makau Mutua, aponta a hipocrisia do discurso que narra o Estado selvagem se utilizando de brutalidade e assassinatos contra sua população, que é considerada vítima “destituída de poder, indefesa, inocente e cujos atributos naturalistas foram negados pela ação primitiva e ofensiva do Estado”.¹⁵³ Assim, narra-se o papel dos salvadores estrangeiros, que seriam os Estados e Organizações ocidentais responsáveis por levar a democracia e o liberalismo para os selvagens numa perspectiva colonialista, mas com uma justificativa convincente para a sociedade que acaba por criar uma nova vitimização.¹⁵⁴

Essa perspectiva demonstra o caráter pragmático do argumento pluralista na medida que apresenta a preocupação maior com a ordem internacional, a soberania, e com as consequências de uma intervenção, destacando-se a incapacidade de se pensar uma intervenção que não seja seletiva e parcial.¹⁵⁵ Ainda assim, é importante ressaltar que a escola pluralista aceita a possibilidade de intervenções legítimas, mas como exceções que buscam, assim como para os realistas, a segurança nacional.¹⁵⁶

Além disso, são aceitas “contra-intervenções” para proteger o Princípio da Não Intervenção, intervenções de auxílio a uma parte em uma guerra civil quando outra parte estiver sendo assistida por outra força externa, intervenções imparciais com base coletiva e meios militares limitados que sejam solicitadas pelo Estado alvo, operações de defesa à autodeterminação de um povo e contra o colonialismo, e intervenções para fazer cessar um genocídio, fome generalizada da população e graves violações aos direitos humanos.¹⁵⁷

Ainda assim, não é defendida pela escola uma obrigação de intervir, sendo

¹⁵² BELLAMY, Alex J. Pragmatic **Solidarism and the Dilemmas of Humanitarian Intervention**. Millennium Journal of International Studies. 31: 473. 2002. P. 476.

¹⁵³ MUTUA, M. **Savages, victims, and saviors: the metaphor of human rights**. Harvard International Law Journal, Cambridge, v. 42, n. 1., 2001. Disponível em: http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1525547. Acesso em: 28/10/2013 P. 240.

¹⁵⁴ Ibid. 240.

¹⁵⁵ ALMEIDA, João Marques de. **International Political Theory and the Issue of Legitimate Intervention**. In Revista Nação e Defesa. 2ª série, nº 102. Instituto da Defesa Nacional, 2002. P. 163.

¹⁵⁶ Ibid. P. 164.

¹⁵⁷ Ibid. P. 164.

que a decisão de como proceder deve obedecer ao contexto político e às circunstâncias fáticas¹⁵⁸. Para que se tenha legitimidade, o pluralismo exige que se tenha uma base coletiva e que se tenha como objetivo político a preservação da estabilidade e da segurança.¹⁵⁹

3.3 SOLIDARISMO

A partir do final da Guerra Fria a abordagem solidarista prevaleceu.¹⁶⁰ Para essa linha de pensamento, a proteção do indivíduo é a prioridade, e a possibilidade de uma intervenção é uma questão moral que está ligada diretamente à existência de uma “emergência humanitária suprema”¹⁶¹ (tradução livre). Essa existência geraria uma responsabilidade moral de defender os direitos humanos.¹⁶² Ou seja, essa posição implica que a intervenção não seria um mero direito, mas um dever.¹⁶³

Assim, os solidaristas reconhecem que a proteção ao princípio da não intervenção requer alguns requisitos de decência da parte do Estado, e que a violação sistemática dos direitos humanos gera uma obrigação à comunidade internacional de intervir.¹⁶⁴ Ou seja, a intervenção humanitária poderia ser considerada uma exceção ao princípio da Não Intervenção, mas seria moralmente aceita e o resultado de um consenso entre os membros da sociedade internacional.¹⁶⁵ Ou, para Wheeler, não haveria uma violação da soberania estatal, tampouco uma exceção, mas uma prática baseada no fato de que quando um Estado viola os direitos humanos ele perde o direito de exigir o respeito à sua soberania.¹⁶⁶ Nesse sentido, o dever de intervir existe, mas estaria restrito a casos excepcionais de violações graves aos direitos humanos¹⁶⁷.

Segundo essa linha de pensamento, as bases da intervenção devem ser

¹⁵⁸ ALMEIDA, João Marques de. **International Political Theory and the Issue of Legitimate Intervention**. In Revista Nação e Defesa. 2ª série, nº 102. Instituto da Defesa Nacional, 2002P. 165.

¹⁵⁹ Ibid. P. 165.

¹⁶⁰ Ibid. P. 167.

¹⁶¹ WHEELER, Nicholas J. **Saving Strangers. Humanitarian Intervention in International Society**. Oxford University Press. New York, 2000. P. 54.

¹⁶² Ibid. P. 54

¹⁶³ ALMEIDA, 2002. Op cit. P. 167.

¹⁶⁴ WHEELER, 2000. Op cit. P. 28.

¹⁶⁵ ALMEIDA, 2002. Op cit. P. 167.

¹⁶⁶ WHEELER, 2000. Op cit. P. 38.

¹⁶⁷ Ibid.

preferencialmente coletivas, exceto nos casos em que isso não é possível, e as intenções devem se basear na restauração da ordem internacional tanto no âmbito das relações entre Estados quanto das obrigações morais domésticas.¹⁶⁸ Isso porque impedir uma violação é de interesse tanto nacional como global, de forma que uma falha ou uma omissão nesse sentido prejudicaria os valores das sociedades civilizadas.¹⁶⁹

3.4 RESPONSABILIDADE DE PROTEGER

Após as falhas em Ruanda e Srebrenica, Annan “pediu aos Estados Membros que buscassem um entendimento comum sobre como preservar os princípios estabelecidos pela Carta das Nações Unidas e agir em defesa do que nos une como seres humanos”¹⁷⁰, razão pela qual foi criada a Comissão Internacional sobre Intervenção e Soberania (ICISS), financiada pelo governo do Canadá, para examinar as questões controversas da legitimidade, competência e efetividade das intervenções humanitárias.¹⁷¹

A Comissão então elaborou o relatório Responsabilidade de Proteger (RtoP), que buscou conciliar conceitos antagônicos lançando a proposta de que a soberania seja entendida como uma responsabilidade e não como um direito¹⁷². Ainda, numa proposta predominantemente solidarista, elencou os critérios pelos quais deveriam se basear as decisões do Conselho de Segurança da ONU a respeito das intervenções humanitárias: eles foram denominados “autoridade competente”, “justa causa”, “correta intenção”, “último recurso”, “proporcionalidade” e “probabilidades razoáveis”.¹⁷³

A responsabilidade de proteger a população contra a violação dos Direitos

¹⁶⁸ ALMEIDA, João Marques de. **International Political Theory and the Issue of Legitimate Intervention**. In Revista Nação e Defesa. 2ª série, nº 102. Instituto da Defesa Nacional, 2002. P. 169.

¹⁶⁹ WHEELER, 2000. Op cit. P. 303.

¹⁷⁰ ANJOS, Alberico Teixeira dos. **A Comissão Internacional sobre Intervenção e Soberania Estatal (International Commission on Intervention and State Sovereignty – ICISS): A responsabilidade de Proteger e o Princípio da Não Intervenção no Sistema Interamericano**. JÚNIOR, Lier Pires Ferreira; BORGES, Paulo. (coords). 1ª Ed. Juruá. Curitiba, 2012. P. 174.

¹⁷¹ Ibid. P. 177.

¹⁷² Ibid.

¹⁷³ INTERNATIONAL COMMISSION ON INTERVENTION AND STATE SOVEREIGNTY (ICISS). **The Responsibility to Protect**. 2001. Disponível em: <<http://responsibilitytoprotect.org/ICISS%20Report.pdf>>. Acesso em: 08 ago. 2013. P.12.

Humanos é primariamente do Estado que sofre a crise humanitária. A responsabilidade é transferida para a comunidade internacional quando o Estado é incapaz de resolver a crise ou é o causador dela¹⁷⁴. Segundo a ICISS, tem legitimidade a intervenção multilateral com autorização da autoridade competente para a decisão acerca das intervenções humanitárias, que é o Conselho de Segurança da ONU, e que tem a capacidade e responsabilidade para validar e analisar a viabilidade das operações visando a manutenção da paz e da segurança internacional.¹⁷⁵

Quanto à justa causa, Wheeler define que “existe quando a única esperança de salvar vidas depende de estrangeiros vindo para o resgate” (tradução livre)¹⁷⁶, de forma que a opinião pública internacional seja a de que as violações aos direitos humanos no Estado alvo chegaram a uma magnitude que choca a consciência da humanidade” (tradução livre)¹⁷⁷.

A ICISS apresenta a intenção correta como um requisito para o uso da força. Entretanto, a “motivação” do agente interventor não é considerada relevante. Isto porque medir os reais motivos interiores das ações dos agentes é praticamente impossível, enquanto a intenção imediata pode ser mais óbvia¹⁷⁸.

Para Wheeler:

A primazia dos motivos humanitários não é uma condição limite. Mas se puder ser demonstrado que os motivos por trás da intervenção, ou as razões por trás da seleção dos meios, são incompatíveis com um resultado humanitário positivo, então ele é desqualificado como humanitário. Daqui resulta que, mesmo se uma intervenção é motivada por razões não humanitárias, ela ainda pode contar como humanitária, desde que os motivos e os meios empregados não prejudiquem um resultado humanitário positivo.¹⁷⁹ (tradução livre)

¹⁷⁴ AMARAL JÚNIOR, Alberto do. **O Direito de Assistência Humanitária**. Ed. Renovar, Rio de Janeiro, 2003.. P.21.

¹⁷⁵ INTERNATIONAL COMMISSION ON INTERVENTION AND STATE SOVEREIGNTY (ICISS). **The Responsibility to Protect**. 2001. Op cit. P. 48.

¹⁷⁶ WHEELER, Nicholas J. **Saving Strangers. Humanitarian Intervention in International Society**. Oxford University Press. New York, 2000. P. 34. No original: exists when the only hope of saving lives depends on outsiders coming to the rescue.

¹⁷⁷ Ibid. P. 37. No original “international public opinion that the violations of human rights within the target state had reached such a magnitude that they shock the conscience of humanity.

¹⁷⁸ Ibid. P. 38.

¹⁷⁹ Ibid. P. 38. No original: The primacy of humanitarian motives is not a threshold condition. But if it can be shown that the motives behind the intervention, or the reasons behind the selection of the means, are inconsistent with a positive human- itarian outcome, then it is disqualified as humanitarian. It follows that, even if an intervention is motivated by non-humanitarian reasons, it can still count as

Quase sempre há interesses escusos de poder, vantagem econômica ou influência por trás da intenção de resgatar as vítimas das injustiças que as atingem.¹⁸⁰ Isso porque qualquer intervenção demanda custos orçamentários e riscos às vidas dos soldados, o que torna difícil que um estado se proponha a sacrificar seus homens e recursos apenas em prol dos direitos humanos¹⁸¹. Assim, somente a intenção correta é um pré-requisito da justa intervenção, e ela apenas pode ser a de deter uma crise humanitária, proteger os civis e manter a paz.¹⁸² A ICISS ainda destaca que as operações devem ser coletivas e não podem ter como objetivo favorecer guerrilhas para autodeterminação, depor o regime ou alterar as fronteiras.¹⁸³

Segundo Wheeler, o último recurso se relaciona ao princípio da necessidade e seria a “condição em que nada menos do que o uso da força armada seria suficiente para parar as violações dos direitos humanos em questão” (tradução livre)¹⁸⁴, de forma que exceto quando a demora resultaria em dano irreparável, é obrigatório que se utilize de todos os meios pacíficos antes de se utilizar a força.¹⁸⁵

O critério da proporcionalidade reflete a preocupação com os efeitos da intervenção, de forma que a operação deve utilizar-se dos meios necessários para o seu objetivo humanitário se preocupando com as consequências, bem como produzir um bem maior do que o mal causado pela operação às partes afetadas.¹⁸⁶ Para Wheeler, a necessidade militar pode ser utilizada para justificar a morte de inocentes desde que ocorridas como consequência de um ataque a alvos militares legítimos.¹⁸⁷ Entretanto, tendo em vista as terríveis imponderações associadas com

humanitarian provided that the motives, and the means employed, do not undermine a positive humanitarian outcome.

¹⁸⁰ AYOUB, Mohammed. **Humanitarian Intervention and State Sovereignty**. The International Journal of Human Rights, London, v. 06, n. 01, p. 81-102, Spring 2002a. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/714003751>>. Acesso em: 12 out. 2012. P. 87.

¹⁸¹ Ibid.

¹⁸² Ibid.

¹⁸³ PATTISON, JAMES. **Ethics on Humanitarian Intervention in Libya**. Ethics & International Affairs, Cambridge, v. 25, n.03, p. 271-277, set. 2011a. Disponível em: <<http://journals.cambridge.org/action/displayIssue?jid=EIA&volumeId=25&seriesId=0&issueId=03>>. Acesso em: 25/09/2013. P. 273.

¹⁸⁴ WHEELER, Nicholas J. **Saving Strangers: Humanitarian Intervention in International Society**. New York: Oxford University Press, 2000. P. 35. No original: a condition where nothing short of the application of armed force would be sufficient to stop the human rights violations in question.

¹⁸⁵ Ibid. P. 35.

¹⁸⁶ Ibid. P. 36.

¹⁸⁷ WHEELER, Nicholas J. **Saving Strangers: Humanitarian Intervention in International Society**. New York: Oxford University Press, 2000. P. 35.

essa justificativa, “nem mesmo uma boa causa vale a pena a qualquer preço” (tradução livre).¹⁸⁸

A necessidade de um provável resultado humanitário positivo se refere à existência de fortes indícios de que a intervenção conseguirá resgatar as vítimas da opressão e restaurar os direitos humanos¹⁸⁹. Para Wheeler, requer-se que o Estado interventor, ao final da operação, consiga estabelecer uma ordem política favorável aos direitos humanos.¹⁹⁰

O cumprimento dos critérios estabelecidos pela ICISS não eliminam a possibilidade de abusos, ainda que demonstrem uma tentativa positiva de aperfeiçoamento do sistema de proteção aos direitos humanos. Por isso, ainda há que se evoluir no sentido do controle da legalidade das decisões do Conselho de Segurança para que se possa evitar que as decisões quanto às intervenções humanitárias estejam revestidas de discricionariedade dos agentes.¹⁹¹

É possível verificar que a Carta das Nações Unidas adotou medidas para estabelecer um Conselho de Segurança livre de amarras jurídicas e controle de atos, de modo que apresentou condições e pressupostos vagos à sua atuação e facilitou que suas decisões fossem baseadas em política e interesses.¹⁹² O controle da legalidade dos atos do CS é objeto de diversas críticas baseadas na ambiguidade da carta e sua falha em apontar um órgão de controle ou uma regra de interpretação.¹⁹³

Assim, várias questões quanto a atos do conselho já foram levadas a tribunais internos e regionais para o controle de legalidade, ocupando a lacuna de legalidade negligenciada pelos Juízes Internacionais. Formou-se assim um controle difuso sobre a legalidade dos atos do CS/ONU que é ineficaz para o saneamento de vícios e ilegalidades¹⁹⁴.

¹⁸⁸ WHEELER, Nicholas J. **Saving Strangers: Humanitarian Intervention in International Society**. New York: Oxford University Press, 2000. P. 35. No original: even a good cause is not worth any price.

¹⁸⁹ TESÓN, Fernando. **Humanitarian Intervention: An Inquiry into Law and Morality**. 3ª Ed. Transnational Pub. 2005. P. 106.

¹⁹⁰ WHEELER, 2000. Op cit. P. 37.

¹⁹¹ AYOUB, Mohammed. **Humanitarian Intervention and State Sovereignty**. The International Journal of Human Rights, London, v. 06, n. 01, p. 81-102, Spring 2002a. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/714003751>>. Acesso em: 12 out. 2012. P. 85-86.

¹⁹² TRINDADE, Vinícios Fox Drummond Cançado. **Controle de Legalidade dos Atos do Conselho de Segurança das Nações Unidas**. In Rev. Fac. Direito UFMG, n. 62, Belo Horizonte, 2013. Disponível em <http://www.direito.ufmg.br/revista/index.php/revista/article/view/P.0304-2340.2013v62p703/265>. P. 726.

¹⁹³ Ibid P. 727.

¹⁹⁴ Ibid.

4 REFORMA E GARANTIA DA LEGITIMIDADE

A afirmação da ICISS de que “não tinha em absoluto qualquer dúvida de que não havia órgão mais apropriado de que o Conselho de Segurança para lidar com questões ligadas à intervenção humanitária”¹⁹⁵ está correta. Não há, atualmente, órgão mais apropriado para avaliar o tema, e a ICISS declarou que deve-se buscar alternativas para que o órgão possa funcionar melhor do que tem funcionado, e não alternativas ao Conselho como fonte de legitimidade¹⁹⁶. Mas este não é o único entendimento na doutrina.

Isto porque existem problemas estruturais no Conselho de Segurança que não podem ser ignorados, e talvez a formação de um novo órgão pudesse solucionar a questão da credibilidade das decisões e evitar que se repetissem os erros cometidos pelo CS¹⁹⁷.

Até o final da Guerra Fria, a tendência do Conselho de Segurança era de adotar o Princípio da Não-Intervenção,¹⁹⁸ até mesmo em casos de extrema violação dos direitos humanos e massacre com um número de mortos superior a um milhão, como em 1971 no Paquistão Oriental. Apesar da flagrante justa causa, a Índia utilizou-se do princípio da legítima defesa para justificar a atuação de suas forças armadas após o Paquistão ter atacado seus campos de aviação, mas não teve o apoio da maioria dos membros do CS que consideraram que a ação violava tanto o princípio da não intervenção quanto as normas de Direito Internacional quanto ao emprego da força nas relações internacionais.¹⁹⁹ Ainda assim, o conflito durou até que as forças paquistanesas se rendessem²⁰⁰. A Índia reconheceu a independência de Bangladesh em 16 de Dezembro de 1971, e o CS em nada contribuiu para

¹⁹⁵ INTERNATIONAL COMMISSION ON INTERVENTION AND STATE SOVEREIGNTY (ICISS). **The Responsibility to Protect**. 2001. Disponível em: <<http://responsibilitytoprotect.org/ICISS%20Report.pdf>>. Acesso em: 08 ago. 2013. P.12.

¹⁹⁶ Ibid. P. 12

¹⁹⁷ TESÓN, Fernando R. **The Vexing Problem of Authority in Humanitarian Intervention: A Proposal**. In Wisconsin International Law Journal 23(3).2006. Disponível em: <<http://hosted.law.wisc.edu/wordpress/wilj/files/2012/02/teson.pdf>> Acesso em 11/10/2013. P. 764.

¹⁹⁸ Ibid. P. 764.

¹⁹⁹ Ibid. P. 766.

²⁰⁰ TIME MAGAZINE. **The U.S.: A Policy in Shambles**. Dec.20, 1971. Disponível em: <http://content.time.com/time/magazine/article/0,9171,878970,00.html>. Acesso em: 21/10/2013.

isso.²⁰¹

Da mesma forma, em 1978 no Camboja, apesar de ter resultado na derrubada de Pol Pot e um regime sanguinário que frequentemente ameaçava os direitos humanos, a atuação do Vietnã não foi apoiada pelo CS, mantendo-se o critério do caso do Paquistão Oriental.²⁰²

Após a queda da União Soviética, os anos 90 trouxeram um certo otimismo e uma esperança de liberdade e prosperidade comandada pelos Estados Unidos e pela globalização, enquanto aparentemente a comunidade global concordava a respeito dos valores a serem defendidos pelas Nações Unidas no âmbito dos direitos humanos.²⁰³ A nova situação política transformou a opinião pública, e com ela a atitude e o pensamento dos Estados, favorecendo as operações de caráter humanitário.²⁰⁴

Havia uma confiança de que o Conselho de Segurança seria o instrumento válido para o avanço da dignidade humana e da liberdade no mundo. Entretanto, a comunidade internacional muitas vezes falhou em identificar uma série de problemas que aconteceram no período dos anos 90.²⁰⁵

Em primeiro lugar, os fracassos nas intervenções humanitárias na Somália e na Ruanda, em que o Conselho de Segurança falhou em identificar e monitorar se os interventores seriam capazes de atingir os objetivos humanitários, se havia apoio das vítimas e da sociedade às intervenções, e tampouco foi capaz de impedir que os interesses nacionais prejudicassem as operações.²⁰⁶

Na Somália, em 1992, uma guerra civil que consistia em uma série de confrontos entre diversas facções tribais levou a dissolução do governo central e à uma situação de massacre e fome. O CS então, autorizou uma série de missões que se propunham em fornecer ajuda humanitária e restaurar a ordem no país, mas

²⁰¹ LOBO, António Costa. **Da intervenção humanitaria à responsabilidade de proteger.** Departamento de Estudos Políticos, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 2009. Disponível em: <http://www.fcsh.unl.pt/faculdade/departamentos/estudos-politicos/documentos/conferenciaacostalobo.pdf>. Acesso em: 15/10/2013. P. 7.

²⁰² Ibid. P. 7

²⁰³ TESÓN, Fernando R. **The Vexing Problem of Authority in Humanitarian Intervention: A Proposal.** In Wisconsin International Law Journal 23(3).2006. Disponível em: <<http://hosted.law.wisc.edu/wordpress/wilj/files/2012/02/teson.pdf>> Acesso em 11/10/2013. P. 763.

²⁰⁴ Ibid.

²⁰⁵ Ibid. P. 764.

²⁰⁶ Ibid. P. 764.

retirou as tropas em 1995 após pesadas baixas nas forças de intervenção.²⁰⁷ A operação foi criticada pelo envolvimento dos EUA, que supostamente estaria interessado no controle das concessões de petróleo para as empresas americanas, bem como pela forma desastrosa como foram conduzidos os ataques²⁰⁸. O fracasso na Somália é tido como explicação para a posterior omissão no caso da Ruanda.²⁰⁹

Em 1994 na Ruanda, a necessidade da intervenção era clara e o genocídio causado pela guerra civil era conhecido pela comunidade internacional. A descolonização a necessidade de substituição do poder belga que ocupava o país ocasionou um sangrento conflito pelo poder entre as etnias hutu e tutsis, levando milhares de refugiados para Uganda, Tanzânia e Burundi²¹⁰.

A situação no país era catastrófica, envolvendo os conflitos entre guerrilhas e exército. Além da tentativa de intervenção da França, Bélgica e Zaire para proteger seus nacionais e auxiliar o exército ruandês, a ONU chegou a enviar uma tímida missão para tentar minimizar os conflitos, mas sem sucesso após o caos gerado pela morte aparentemente provocada dos presidentes da Ruanda e do Burundi em um acidente de avião.²¹¹ Apenas a França se propôs a organizar uma intervenção humanitária, com a autorização ONU, desde que perseguisse apenas os fins humanitários e atuasse de forma imparcial²¹².

Os EUA alegavam a necessidade de consentimento das facções em conflito e ainda que não haveria dever moral ou legal de intervir. Esse posicionamento foi duramente criticado pela sua falta de compromisso humanitário e com a promoção da paz e do bem-estar social.²¹³

²⁰⁷ TESÓN, Fernando R. **The Vexing Problem of Authority in Humanitarian Intervention: A Proposal**. In Wisconsin International Law Journal 23(3).2006. Disponível em: <<http://hosted.law.wisc.edu/wordpress/wilj/files/2012/02/teson.pdf>> Acesso em 11/10/2013. P. 763.P. 765.

²⁰⁸ ALLARD, Kenneth. **Somalia Operations: Lessons Learned**. Washington, D.C.: National Defense University Press, 1995. Disponível em: http://www.dodccrp.org/files/Allard_Somalia.pdf. Acesso em 22/10/2013. P. 11.

²⁰⁹ LOBO, António Costa. **Da intervenção humanitária à responsabilidade de proteger**. Departamento de Estudos Políticos, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 2009. Disponível em: <http://www.fcsh.unl.pt/faculdade/departamentos/estudos-politicos/documentos/conferenciaacostalobo.pdf>. Acesso em: 15/10/2013. P. 7.

²¹⁰ PATRIOTA, Antonio de Aguiar. **O Conselho de Segurança após a Guerra do Golfo: a articulação de um novo paradigma de segurança coletiva**. Instituto Rio Branco. Fundação Alexandre de Gusmão; Centro de Estudos Estratégicos. Brasília, 1998. P. 111.

²¹¹ Ibid. P. 112.

²¹² IVIOTTI, Aurélio Romanini de Abranches. **Ações Humanitárias pelo Conselho de Segurança: entre a Cruz Vermelha e Clausewitz**. Brasília: Funag, 2004. p. 113.

²¹³ Ibid. P. 115.

Outro problema ocorreu na intervenção no Haiti, em que o objetivo principal se mostrou ser a reversão de uma transferência inconstitucional de poder ao invés de prevenir ou fazer cessar um massacre.²¹⁴ Dessa forma, não estava presente o pressuposto da Justa Causa, o que prejudicou a legitimidade da operação, ainda que seja passível de discussão a possibilidade de uma intervenção pró-democrática.²¹⁵

Já na intervenção no Iraque de 1991, ainda que se tenha logrado a criação de campos protegidos para os Curdos ao norte, não houve um esforço para realmente resolver a fonte do problema.²¹⁶ Ainda, é no mínimo curioso que mesmo que os massacres contra os Curdos ocorram também nos países vizinhos ao Iraque, não se tenha cogitado a intervenção ali.

Ainda, houve a intervenção na Bósnia que culminou no Acordo de Dayton e encerrou a guerra de três anos e meio na Bósnia e Herzegovina, mas não sem torná-lo o mais sangrento conflito em solo europeu desde a Segunda Guerra Mundial e deixar a região dos balcãs refém de uma “paz” forjada e uma instabilidade política e econômica que perdura até hoje²¹⁷.

Nesse sentido, é interessante destacar que a intervenção considerada mais bem sucedida dos anos 90, a campanha aérea da Organização do Atlântico Norte no Kosovo, não foi autorizada pelo Conselho de Segurança da ONU.²¹⁸

Tesón, destaca a falha do CS em seguir um processo democrático. Ele daria apenas uma ilusão de legitimidade democrática através dos procedimentos e do voto dos Estados, mas não é difícil entender por que as decisões estão distantes de um procedimento democrático.²¹⁹ Ainda, enumera 4 problemas gerais do Conselho de Segurança que devem ser observados quando se fala em intervenção humanitária:

Primeiro, o interesse humanitário em prevenir crises é mundial, advém das preocupações morais universais e reside na humanidade, entretanto, os Estados

²¹⁴ IVIOTTI, Aurélio Romanini de Abranches. **Ações Humanitárias pelo Conselho de Segurança: entre a Cruz Vermelha e Clausewitz**. Brasília: Funag, 2004. P. 113.

²¹⁵ Ibid. P. 114.

²¹⁶ TESÓN, Fernando R. **The Vexing Problem of Authority in Humanitarian Intervention: A Proposal**. In Wisconsin International Law Journal 23(3).2006. Disponível em: <<http://hosted.law.wisc.edu/wordpress/wilj/files/2012/02/teson.pdf>> Acesso em 11/10/2013. P. 765.

²¹⁷ WHEELER, Nicholas J. **Saving Strangers: Humanitarian Intervention in International Society**. New York: Oxford University Press, 2000. P. 251.

²¹⁸ TESÓN, 2006. Op. cit. P. 765.

²¹⁹ Ibid. P. 765/767.

tem outros interesses nacionais, e eles colidem no foro das organizações internacionais que acabam por se tornar um depósito de interesses ao invés de um depósito de valores humanitários²²⁰. A ausência de normas claras a respeito do tema permite que as decisões sejam arbitrárias.²²¹

O perigo da inércia é o segundo problema do Conselho de Segurança, e leva à falta de intervenção, como ocorreu na Ruanda e em Darfur. O poder de veto por si só já tende à inércia, além de que as resoluções precisam de 9 votos. Assim, não é difícil imaginar as formas subversivas de como os Estados Unidos conseguiram o suporte e os votos dos outros membros, o que prejudica a legalidade e a credibilidade das decisões do conselho.²²²

Outro problema é a arbitrariedade moral do poder de veto.²²³ Por isso que Ayooob sugere que seja criado o “Conselho Humanitário”, que seria um órgão composto de no mínimo 50 membros com poder de voto e participação igual a todos, sem a existência do poder de veto. Esse órgão cuidaria apenas das intervenções humanitárias, autorizando-as e fiscalizando-as, além de elaborar relatórios quanto a novos riscos humanitários. Isso conferiria, segundo ele, uma maior credibilidade às operações.²²⁴ A ICISS apresenta como solução um “código de conduta” baseado no compromisso dos membros permanentes em não fazer uso do poder de veto nos casos em que uma crise humanitária de grandes proporções poderia ser prevenida ou abortada com medidas prontas e eficazes.²²⁵

As intenções e os motivos dos países membros nem sempre são as mais adequadas à proteção dos direitos humanos, e é natural que o país que fornecerá soldados e recursos para as operações priorize aquelas cujas vantagens e conveniências mais lhe agradem. É fácil para um país que não tem tropas enviar norte americanos para lutar, por isso há de se ter em mente o problema da

²²⁰ TESÓN, Fernando R. **The Vexing Problem of Authority in Humanitarian Intervention: A Proposal.** In Wisconsin International Law Journal 23(3).2006. Disponível em: <<http://hosted.law.wisc.edu/wordpress/wilj/files/2012/02/teson.pdf>> Acesso em 11/10/2013.. P. 766.

²²¹ WHEELER, Nicholas J. **Saving Strangers: Humanitarian Intervention in International Society.** New York: Oxford University Press, 2000. P. 34.

²²² TESÓN, 2006.Op cit. P. 765.

²²³ Ibid. P. 766.

²²⁴ AYOOB, Mohammed. **Humanitarian Intervention and State Sovereignty.** The International Journal of Human Rights, London, v. 06, n. 01, p. 81-102, Spring 2002a. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/714003751>>. Acesso em: 12 out. 2012. P. 96.

²²⁵ INTERNATIONAL COMMISSION ON INTERVENTION AND STATE SOVEREIGNTY (ICISS). **The Responsibility to Protect.** 2001. Disponível em: <<http://responsibilitytoprotect.org/ICISS%20Report.pdf>>. Acesso em: 08 ago. 2013. P. 36.

imparcialidade e a da arbitrariedade nas decisões. Ainda, o CS, em matéria de segurança, tem poderes plenos e incontrastáveis, de forma que suas decisões não são passíveis de ponderação ou revisão por outro órgão²²⁶.

Mutua aponta o problema da vitimização da população do país alvo perante a sociedade internacional para a obtenção de suporte.²²⁷ Para ele, tal construção da vítima somente serve aos interesses das organizações que produzem os relatórios, ao invés de promover os direitos violados.²²⁸ Isto porque as situações descritas são resultado de diversas circunstâncias complexas e de difícil compreensão para o público externo, apresentadas de forma resumida e adaptadas ao entendimento do produtor do relatório que não tendo sido vítima das violações não tem o completo conhecimento dos fatos, perpetuando muitas vezes ideias errôneas e incompletas das situações vividas pelas vítimas. Assim, esse processo pode representar uma nova forma de vitimização²²⁹.

Uma alternativa interessante seria a de incluir representantes das vítimas como partes no processo, dar a elas voz para produzir suas próprias narrativas e contar as histórias sob suas perspectivas, de modo que as informações coletadas não sejam distorcidas e que as vítimas não sejam vistas como indefesas e incapazes de entender sua própria condição²³⁰.

O quarto problema é o déficit de legitimidade moral do Conselho de Segurança. Isto porque os direitos de voto e veto foram dados a Estados supostamente tirânicos ou não representativos. Assim, não é necessário que o país seja reconhecido por promover os direitos humanos em seu território para ser membro do Conselho de Segurança. É por isso que, segundo Tesón, membros como a China e a Rússia tem um problema de legitimidade moral, primeiro porque são países que frequentemente violam direitos humanos, e segundo porque regimes não democráticos não representam o seu povo e mancham a credibilidade de seu

²²⁶ TESÓN, Fernando R. **The Vexing Problem of Authority in Humanitarian Intervention: A Proposal**. In Wisconsin International Law Journal 23(3).2006. Disponível em: <<http://hosted.law.wisc.edu/wordpress/wilj/files/2012/02/teson.pdf>> Acesso em 11/10/2013 P. 766-767.

²²⁷ MUTUA, M. **Savages, victims, and saviors: the metaphor of human rights**. Harvard International Law Journal, Cambridge, v. 42, n. 1, 2001. Disponível em: http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1525547. Acesso em: 28/10/2013. P. 240.

²²⁸ Ibid. P. 240.

²²⁹ Ibid. P. 241.

²³⁰ Ibid. P. 242.

voto.²³¹

Tesón, então, apresenta uma proposta interessante: A criação de uma Corte de Segurança Humana que não seja composta por governos nem representantes de governos, mas por Juízes vitalícios de integridade ilibada e conhecimento vasto sobre os direitos humanos, liberdade e segurança, e que ainda demonstrem compromisso com o respeito aos direitos humanos e à democracia²³². Para isso, defende que a seleção deve garantir que eles sejam independentes dos governos, e que deve ser mais cuidadosa do que o modo com que se elegem os magistrados da Corte internacional de Justiça, que não estão acima de suspeitas de imparcialidade. Ele acredita que os Juízes não devem ser eleitos, mas escolhidos com base em seu conhecimento e compromisso com os valores atuais do direito humanitário.²³³

O problema é que a Corte não teria poder de determinar uma intervenção, já que as ações militares são apenas permissíveis e não obrigatórias. Ainda seria uma decisão dos estados detentores dos recursos militares de contemplar ou não a decisão. Mas ainda assim consistiria numa forma mais legítima de autorizar ou não tais operações. O autor ainda defende que sua proposta não é mais utópica do que era a criação da ICJ no começo do século XX, em que não se imaginava que o mundo poderia punir ditadores por suas atrocidades.²³⁴

Para Patriota:

Não é possível prever, ainda, se o Conselho de Segurança será capaz de afirmar sua autoridade segundo padrões de comportamento que o reforcem e legitimem, ou se suas decisões evoluirão em um sentido arbitrariamente intervencionista e coercitivo, ou sofrerão outras mutações que venham a descaracterizar o órgão que as adotou como a instância que atua em nome de todos os Estados membros das Nações Unidas, como exige o Artigo 23 da Carta. O Conselho de Segurança não será capaz de consolidar e ampliar o consenso dos primeiros anos da presente década se a autorização da coerção não for disciplinada e posta a serviço de uma concepção autenticamente multilateralizada da segurança coletiva.²³⁵

²³¹ TESÓN, Fernando R. **The Vexing Problem of Authority in Humanitarian Intervention: A Proposal**. In Wisconsin International Law Journal 23(3).2006. Disponível em: <<http://hosted.law.wisc.edu/wordpress/wilj/files/2012/02/teson.pdf>> Acesso em 11/10/2013 P. 767.

²³² Ibid. P. 767.

²³³ MUTUA, M. **Savages, victims, and saviors: the metaphor of human rights**. Harvard International Law Journal, Cambridge, v. 42, n. 1, 2001. Disponível em: http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1525547. Acesso em: 28/10/2013. P. 771.

²³⁴ Ibid. P. 772.

²³⁵ PATRIOTA, Antonio de Aguiar. **O Conselho de Segurança após a Guerra do Golfo: a articulação de um novo paradigma de segurança coletiva**. Instituto Rio Branco. Fundação

Não se sabe como o CS se moldará com a evolução da intervenção humanitária no mundo. Os problemas acima citados, as tentativas de reforma da ONU, o fortalecimento das organizações internacionais regionais, o aperfeiçoamento das políticas internas das potências mundiais e outros processos que se desenvolverão podem ser fatores que terminem por desfigurar o Conselho de Segurança da ONU ou então formar um novo paradigma que influirá sobre o futuro da segurança coletiva no direito internacional.²³⁶ Nas palavras de Wheeler:

Esta norma internacional em formação, em favor da intervenção para proteger civis contra massacres em massa, sem dúvida continuará apresentando grandes desafios à comunidade internacional. Qualquer evolução nesse sentido será recebida, em razão do nosso entendimento da soberania estatal, com desconfiança, ceticismo, até mesmo hostilidade. Porém, essa é uma evolução que deveríamos saudar. Por quê? Porque apesar de suas limitações e imperfeições, ela é prova de uma humanidade que se preocupa mais, não menos, com o sofrimento dos seus membros, e uma humanidade que fará mais, não menos, para acabar com isso. É um sinal de esperança ao final do século XX. (tradução livre)²³⁷

Para Pattison, está clara a necessidade de melhorar o mecanismo e os agentes das intervenções humanitárias para que se possa atacar de forma legítima as violações aos direitos humanos mais frequentemente. Entre as opções que o autor apresenta, estão a codificação dos critérios para a intervenção humanitária no direito internacional, o aumento da capacidade de atuação das organizações regionais, a extensão dos acordos de *Stand By* (UNSAS), a criação de uma força permanente e cosmopolita das Nações Unidas e até mesmo o uso e a regulação de

Alexandre de Gusmão; Centro de Estudos Estratégicos. Brasília, 1998. P. 200.

²³⁶ Ibid. P. 199.

²³⁷ ANNAN, Kofi. **We the peoples: The role of the United Nations in the 21st Century**: Disponível em: <http://www.un.org/millennium/sg/report/full.htm>>. Acesso em: 08/10/2013 *apud* WHEELER. Op. cit., p.285. No original: "This developing international norm in favour of intervention to protect civilians from wholesale slaughter will no doubt continue to pose profound challenges to the international community. Any such evolution in our understanding of State sovereignty will, in some quarters, be met with distrust, skepticism, even hostility. But it is an evolution that we should welcome. Why? Because, despite its limitations and imperfections, it is testimony to a humanity that cares more, not less, for the suffering in its midst, and a humanity that will do more, and not less, to end it. It is a hopeful sign at the end of the twentieth century."

empresas militares privadas.²³⁸

Ainda, Pattison defende que para melhorar os mecanismos e agentes das intervenções é necessário melhorar a imagem das operações, destacar os sucessos das intervenções anteriores, os aprimoramentos em curso e encorajar a população a dar suporte.²³⁹ Para isso, é importante um entendimento mais aprofundado dos interesses nacionais dos países interventores para a conscientização de que uma crise humanitária em um determinado país pode ter consequências no mundo todo²⁴⁰. Para o autor:

Tem havido uma crescente percepção de que a perturbação causada por uma crise humanitária longe pode ter efeitos domésticos significativos. Por exemplo, os Estados em crise são mais frequentemente vistos como terreno fértil para o terrorismo internacional. É importante, por tanto, que sejam enfatizadas as ligações entre intervenção humanitária e interesse nacional para gerar uma potencial fonte de vontade política para realização e reforma das intervenções humanitárias. Assim ajudará a atingir uma intervenção humanitária mais frequente e mais legítima como resposta à violação em massa dos direitos humanos básicos.²⁴¹

Quanto às organizações regionais, o capítulo VII da Carta das Nações Unidas já apresenta a preocupação com as relações entre a ONU e as organizações internacionais regionais, de forma a destacar a importância dessas organizações na prevenção e monitoramento das intervenções humanitárias, tanto pela sua maior proximidade das situações de conflito quanto pelo seu maior conhecimento a respeito dos povos e as peculiaridades regionais sem perder o caráter internacional. Entretanto, a falta de recursos financeiros e força militar dificulta a atuação dessas organizações.²⁴²

Já as ONG's, desde o final de guerra fria, vem demonstrando sua relevância no cenário internacional enquanto forças de disseminação de ideias no âmbito dos Direitos Humanos e de formação de pressão internacional sobre o comportamento

²³⁸ PATTISON, **Legitimacy and Humanitarian Intervention: Who Should Intervene?**, In **The International Journal of Human Rights**, 12:3, 2008. 395-413. Disponível em: < <http://www.jamespattison.co.uk/papers/IJHR.pdf>>. Acesso em 29/10/2013. P. 409-410.

²³⁹ Ibid. P. 410.

²⁴⁰ Ibid. P. 412.

²⁴¹ Ibid. P. 395.

²⁴² AMARAL JÚNIOR, Alberto do. **O Direito de Assistência Humanitária**. Renovar, Rio de Janeiro, 2003. P. 233.

dos governos. Elas vem contribuindo de forma importante no aparecimento de normas de proteção aos direitos humanos e na formação de novas percepções que repercutem na agenda internacional.²⁴³ Além disso, são agentes menos parciais e com uma credibilidade maior na sua atuação nas zonas de conflito e territórios de desastres ambientais e políticos, bem como não apresentam ameaça ao princípio da soberania dos estados. O fortalecimento das ONG's pode ser um avanço na defesa das vítimas de crises humanitárias, mas também há de se ter um controle quanto à atuação dessa organizações.²⁴⁴

Por fim, é preciso evoluir muito para que um país ou grupo de países possa caracterizar uma autoridade com credibilidade no âmbito internacional.²⁴⁵ Os governos têm interesses próprios e são presos à lógica do imperialismo, ainda que resto do mundo tente contê-la através das organizações internacionais como as Nações Unidas. A proliferação das ONG's e das organizações intergovernamentais originou uma complexa rede de relações de poder e um mundo policêntrico.²⁴⁶ Não se sabe essa configuração será positiva ou negativa.

É natural que haja dúvida e pessimismo quando se lembra do grande número de massacres do século XX, mas há de se lembrar que todo esse debate presente nos dias de hoje faz parte dos sinais de que uma “mutação da ordem internacional”²⁴⁷ está por vir e que é possível ser otimista de que o século XXI “conhecerá instrumentos jurídicos novos”²⁴⁸ que poderão nos aproximar da paz e do bem comum.

²⁴³ AMARAL JÚNIOR, Alberto do. **O Direito de Assistência Humanitária**. Renovar, Rio de Janeiro, 2003. P. 233P. 233-234.

²⁴⁴ Ibid. P. 234.

²⁴⁵ TESÓN, Fernando R. **The Vexing Problem of Authority in Humanitarian Intervention: A Proposal**. In Wisconsin International Law Journal 23(3).2006. Disponível em: <<http://hosted.law.wisc.edu/wordpress/wilj/files/2012/02/teson.pdf>> Acesso em 11/10/2013. P. 772.

²⁴⁶ Ibid. P. 275.

²⁴⁷ BETTATI, Mario. **O Direito de Ingerência: Mutação da Ordem Internacional**. Instituto Piaget, Lisboa, 1996.

²⁴⁸ Ibid.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intervenção humanitária é um instrumento valioso de assistência, proteção e promoção dos direitos humanos no cenário internacional. Entretanto, ela não deve ser utilizada de forma leviana e irresponsável. Ela também pode ser utilizada como instrumento de dominação e colonialismo, além de uma forma de alcançar os interesses ocultos das nações hegemônicas às custas das vítimas dos conflitos.

O balanço entre a proteção da soberania dos Estados e da dignidade humana deve permear as operações de caráter humanitário assim como a defesa da cultura e da independência política. É dever da comunidade internacional preservar a diversidade cultural e evitar que os interesses imperialistas se sobreponham às necessidades das populações nos territórios dos conflitos.

Entre os maiores problemas do sistema atual estão: a inexistência de um controle eficaz da legalidade das decisões do CS; a utilização de conceitos de Direitos Humanos que não abrangem todas as particularidades culturais e sociais dos países, em especial os do terceiro mundo; A falta de preocupação com as consequências das operações na economia e política do país alvo da intervenção; a deficiente responsabilização dos agentes que eventualmente cometam alguma ilegalidade; a insuficiência e a possibilidade de falta de compromisso com a verdade na forma com que se produzem os relatórios para a ONU; e a falta de clareza da Carta das Nações Unidas e do relatório RtoP, que permitem que a seletividade e os interesses particulares dos interventores prejudiquem a credibilidade das operações;

O controle de legalidade das decisões do Conselho de Segurança ou de qualquer órgão que venha a ser responsável pelas decisões quanto à intervenção humanitária também é um objetivo a ser buscado para que se possa evitar a discricionariedade e a omissão, bem como garantir que a paz, a proteção das vítimas e o desenvolvimento dos países em conflito seja sempre o objetivo dos agentes.

A forma de participação das vítimas também deve ser repensada, afinal, são elas que possuem o conhecimento a respeito das violações a seus direitos humanos e ninguém melhor do que elas para explicar ao mundo os fatos e as peculiaridades de cada caso. Certamente não será um funcionário da ONU sentado em seu hotel 5

estrelas na capital que entenderá e saberá apresentar ao mundo o que realmente significou cada violação e tampouco as consequências de uma intervenção armada nas vidas das vítimas.

Ainda, o Direito Humanitário deve buscar identificar os modos com que a sociedade é estruturada e como a dignidade pode ser protegida e incentivada. Deve ainda, respeitar o pluralismo cultural como base para a busca de uma nova universalidade dos Direitos Humanos, de forma a se desvincular da demonização e de culturas diferentes das ocidentais buscando formas de modificar ou suplantiar as práticas danosas sem fazer com que seus praticantes se sintam desmoralizados e envergonhados de sua cultura e de si mesmos. O diálogo entre as culturas deve ser prioridade para expandir e evoluir as concepções de um direito multicultural que sirva e beneficie a todos.

Também, as normas a respeito das operações de caráter humanitário devem valorizar a objetividade e a clareza quanto às possibilidades de intervenção, o modo com que os pedidos são levados ao órgão de decisão e ao modo de condução das operações. Isto evita que ela seja utilizada e esticada para servir a qualquer tipo de interesse obscuro dos países detentores do poder militar.

Uma tentativa importante foi relatório da ICISS, RtoP, que se preocupou em tratar das questões relevantes à intervenção humanitária de forma a resolver as posições éticas conflitantes e sair da inércia. Para isso, enfatizou a concepção de soberania como uma responsabilidade e a substituição de um direito de intervenção por uma responsabilidade de proteção, mas essa responsabilidade deve ser relativizada enquanto puder ser usada como justificativa para ações egoístas.

É absolutamente compreensível que as comunidades se unam em prol da estabilidade e do bem estar internacional, como nas Nações Unidas, mas é importante continuar evoluindo e deixar pra trás as um sistema que apenas aparenta ser democrático e procurar novos meios de garantir a segurança humana com imparcialidade e transparência.

Com isso, o mais importante que se pode observar nesse momento de transição e evolução do direito internacional humanitário, apesar dos problemas, é o crescimento do sentimento de solidariedade com as nações em situações difíceis e com as vítimas de atrocidades e injustiças. Isto demonstra que o mundo está caminhando para um futuro mais justo, inclusivo e participativo na proteção

internacional dos direitos humanos.

Mas há de que se lembrar que a proteção dos direitos humanos deve estar presente não apenas nos conflitos armados, mas em outras formas de ameaça aos elementos culturais, políticos e econômicos do Estado, dependendo não apenas das intervenções humanitárias armadas e militares, podendo ser caracterizada com cobranças, embargos, bloqueios e operações diplomáticas.

Assim, o crescente esforço da comunidade internacional na proteção dos direitos das vítimas e na formação de um dever moral de assistência humanitária apresenta uma esperança de que a intervenção humanitária deixará de obedecer as regras do interesse econômico, político e do imperialismo para se voltar ao que sempre deveria se propor: a proteção da vida e da dignidade livre das ideologias restritivas ocidentais dos direitos humanos.

REFERÊNCIAS

ALLARD, Kenneth. **Somalia Operations: Lessons Learned**. Washington, D.C.: National Defense University Press, 1995. Disponível em: http://www.dodccrp.org/files/Allard_Somalia.pdf. Acesso em 22/10/2013.

ALMEIDA, João Marques de. **International Political Theory and the Issue of Legitimate Intervention**. In Revista Nação e Defesa. 2ª série, nº 102. Instituto da Defesa Nacional, 2002.

AMARAL JÚNIOR, Alberto do. **O direito de assistência humanitária**. Ed. Renovar. Rio de Janeiro, 2003.

ANJOS, Alberico Teixeira dos. **A Comissão Internacional sobre Intervenção e Soberania Estatal (International Commission on Intervention and State Sovereignty – ICISS): A responsabilidade de Proteger e o Princípio da Não Intervenção no Sistema Interamericano**. JÚNIOR, Lier Pires Ferreira; BORGES, Paulo. (coords) Direitos Humanos & Direito Internacional. 1ª Ed. Juruá. Curitiba, 2012.

ANNAN, Kofi. **The two concepts of Sovereignty**. The Economist, 342, 18.09.1999. Disponível em: <<http://www.economist.com/node/324795>>. Acesso em: 08/10/2013.

_____, **We the Peoples: The Role of the United Nations in the 21st Century**. Disponível em: <<http://www.un.org/millennium/sg/report/full.htm>>. Acesso em: 08/10/2013

ARON, Raymond . **Paz e guerra entre as nações**. Trad. Sérgio Bath (1a. edição) Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002

AYOUB, Mohammed. **Humanitarian Intervention and State Sovereignty**. The International Journal of Human Rights, London, v. 06, n. 01, p. 81-102, Spring 2002a. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/714003751>>. Acesso em: 12 out. 2012.

BARROS PLATIAU, Ana Flávia Granja e and VIEIRA, Priscilla Brito Silva. **A**

legalidade da intervenção preventiva e a Carta das Nações Unidas. In *Rev. bras. polít. int.* [online]. 2006, vol.49, n.1, pp. 179-193. ISSN 0034-7329. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73292006000100010>. Acesso em: 11/11/2013.

BENEDICT, Ruth. **Patterns of culture.** ed. 17. New York: Mentor Books, 1959.

BETTATI, Mario. **O Direito de Ingerência: Mutação da Ordem Internacional.** Instituto Piaget, Lisboa, 1996.

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores, **Pacto de Paris**, 1928. Disponível em: <<http://www2.mre.gov.br/dai/renguerra.htm>>. Acesso em: 15 ago. 2013.

BULL, Hedley. **A Sociedade Anárquica. Um estudo da ordem na política mundial.** Tradução por Sérgio Bath. 1ª Ed. Universidade de Brasília. Brasília, 2002.

DELGADO, Vladimir Chaves. **A Soberania dos Estados Face a Questão da Ingerência Humanitária no Direito Internacional Público.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/rev_76/artigos/vladimir_rev76.htm. Acesso em 28/10/2013.

DONNELLY, Jacob. **International human rights.** Boulder: Westview Press, 1998
 FONTOURA, Paulo R. C. T. **O Brasil e as Operações de Manutenção da Paz das nações Unidas.** Brasília: FUNAG, 1999. Disponível em: <http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/0008.pdf>. Acesso em 29/10/2013

GROTIUS, Hugo. **O direito da Guerra e da paz.** Clássicos do Direito Internacional. Unijuí, 2004.

HART, H. L. A. **The Concept Of Law.** Second Edition. Claredon Press, Oxford, 1961

HENKIN, Louis. **International Law: cases and materials.** 3 ed. Minnesota: West Publishing, 1993.

HERMANN, Breno. **Soberania, não intervenção e não indiferença : reflexões sobre o discurso diplomático brasileiro.** – Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

INTERNATIONAL COMMISSION ON INTERVENTION AND STATE SOVEREIGNTY (ICISS). **The Responsibility to Protect.** 2001. Disponível em:

<<http://responsibilitytoprotect.org/ICISS%20Report.pdf>>. Acesso em: 08/08/2013.

IVIOTTI, Aurélio Romanini de Abranches. **Ações Humanitárias pelo Conselho de Segurança: entre a Cruz Vermelha e Clausewitz**. Brasília: Funag, 2004.

KANT, Immanuel. **A metafísica dos costumes**. Tradução: Edson Bini, 3ª Ed. São Paulo: Ícone, 2005.

KEEN. M. **The Laws of War in the Late Middle Ages**. Routledge and Kegan Paul. London, 1965.

KELSEN, Hans. **Teoria Geral do Direito e dos Estados**. 4ª ed. São Paulo. Martins Fontes, 2005.

KRASNER, Stephen D. **Sovereignty**. Foreign Policy; Washington. 2001. Disponível em: http://www.columbia.edu/itc/sipa/S6800/courseworks/sovereignty_krasner.pdf. Acesso em: 12/11/2013.

KRIEG, Andreas. **Motivations for Humanitarian Intervention: Theoretical and Empirical Considerations**. In: SpringerBriefs in ethics. Ed. Springer. 2012.

LITRENTO, Oliveiros. **Curso de Direito Internacional Público**. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

LOBO, António Costa. **Da intervenção humanitária à responsabilidade de proteger**. Departamento de Estudos Políticos, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 2009. Disponível em: <<http://www.fcsh.unl.pt/faculdade/departamentos/estudos-politicos/documentos/conferenciaacostalobo.pdf>>. Acesso em 15/10/2013.

MACEDO, Paulo Emílio Vauthier Borges de. **A Ingerência Humanitária e a Guerra Justa**. In Direitos Humanos & Direito Internacional. 1ª Ed. Ed. Juruá. Curitiba, 2012

MADALOZZO, Taciana Ferro. **A legitimidade da intervenção da OTAN e a atuação da ONU na Guerra do Kosovo**. Monografia (Direito). Centro Universitário Curitiba – UNICURITIBA. Curitiba, 2009.

MASSINGHAM, Eve. **Military intervention for humanitarian purposes: does the**

Responsibility to Protect Doctrine advance the legality of the use of force for humanitarian ends? In *International Review of the Red Cross*. 2009.

MELLO, Celso D. de Albuquerque. ***Direitos Humanos e Conflitos Armados***. Ed. Renovar. Rio de Janeiro, 1997.

MUTUA, M. **Savages, victims, and saviors: the metaphor of human rights**. *Harvard International Law Journal*, Cambridge, v. 42, n. 1, p. 201–245, 2001. Disponível em: http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1525547. Acesso em: 28/10/2013

MURCHO, Desidério. **A defesa dos direitos humanos e o relativismo ético-moral serão compatíveis?** In *Crítica* (revista de Filosofia online), 2012. Disponível em: <http://ideias-em-movimento.blogs.sapo.pt/4541.html>. Acesso em: 14/09/2013.

NARDIN, Terry. **The Moral Basis of Humanitarian Intervention**. *Ethics & International Affairs*, 2002. Vol. 16, No.1 (2003).

NICHOLLS, Bruce. **Rubberband Humanitarianism**. In *Ethics & International Affairs*. Vol. 1. 1ª Edição. 1987.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, **Carta da Organização das Nações Unidas**. Disponível em: http://www.onu-brasil.org.br/documentos_carta.php. Acesso em: 10/10/2013.

PATRIOTA, Antonio de Aguiar. **O Conselho de Segurança após a Guerra do Golfo: a articulação de um novo paradigma de segurança coletiva**. Instituto Rio Branco. Fundação Alexandre de Gusmão; Centro de Estudos Estratégicos. Brasília, 1998.

PATTISON, James. **Author's Reply to Reviews of "Humanitarian Intervention and the Responsibility to Protect: Who Should Intervene?"** by James Pattison', *Global Discourse* [Online], 2: 1, 2011. Disponível em: <http://globaldiscourse.files.wordpress.com/2011/05/pattison.pdf>. Acesso em: 20/10/2013.

_____, **Ethics on Humanitarian Intervention in Libya**. *Ethics & International Affairs*, Cambridge, v. 25, n.03, p. 271-277, set. 2011a. Disponível em: <http://journals.cambridge.org/action/displayIssue?jid=EIA&volumeId=25&seriesId=0&issueId=03>. Acesso em: 25/09/2013.

_____, **Humanitarian Intervention and the Responsibility to Protect: Who should intervene?** Oxford University Press, 2010. Disponível em: <[http://books.google.com.br/books/about/Humanitarian Intervention and the Respo.html?id=j7nUmVdGBfAC&redir_esc=y](http://books.google.com.br/books/about/Humanitarian_Intervention_and_the_Respo.html?id=j7nUmVdGBfAC&redir_esc=y)>. Acesso em 19/10/2013.

_____, **Humanitarian intervention, the Responsibility to Protect and jus in bello.** In **Global Responsibility to Protect I**, 2009, P. 364-391. Disponível em <[http://www.jamespattison.co.uk/papers/J%20Pattison%20\(2009\)%20Humanitarian%20Intervention,%20the%20Responsibi.pdf](http://www.jamespattison.co.uk/papers/J%20Pattison%20(2009)%20Humanitarian%20Intervention,%20the%20Responsibi.pdf)>, Acesso em 27/10/2013,

_____, **Legitimacy and Humanitarian Intervention: Who Should Intervene?**, In **The International Journal of Human Rights**, 12:3, 2008. 395-413. Disponível em: < <http://www.jamespattison.co.uk/papers/IJHR.pdf>>. Acesso em 29/10/2013.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e Justiça Internacional**. São Paulo: Saraiva, 2006.

PRONER, Carol. CORREAS, Oscar. **Teoria Crítica dos Direitos Humanos: in memoriam Joaquín Herrera Flores**. Ed. Fórum. Belo Horizonte, 2011.

_____; GUERRA, Sidney [et al.]. **Direito Internacional Humanitário e a proteção internacional do indivíduo**. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 2008.

RAMINA, Larissa. **A falácia da intervenção “humanitária” na Síria**. Carta Maior. 29 de jul. de 2012. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/A-falacia-da-intervencao-'humanitaria'-na-Siria%0d%0a/6/25771>>. Acesso em: 19/08/2013.

_____; FILHO, Valter Fernandes da Cunha. **Segurança Internacional: desenvolvimento teórico, desafios concretos e paradoxos**. Ed. Juruá. Curitiba, 2013.

ROSAS, Gustavo Ludwig Ribeiro. **Legalidade da Intervenção Humanitária**. (Online) Disponível em: <http://re.granbery.edu.br/artigos/MjA0.pdf> Acesso em 29/10/2013.

SANTO TOMÁS DE AQUINO. **Suma Teológica**, edição bilíngüe, Biblioteca de Autores Cristianos, Madrid, 1959, vols. VII e X.

SEINTENFUS, Ricardo Antônio da Silva; ZANELLA, Cristine Koehler; MARQUES, Pâmela Marconatto. **O Direito Internacional repensado em tempos de ausências e emergências: a busca de uma tradução para o princípio da não-indiferença**. Rev. bras. Polít. Int. [online]. 2007, v. 50, n.2, pp. 7-24.

SHIKWATI, James. **A ajuda atrapalha**. Veja. São Paulo: Abril, n. 1917, ago. 2005.

SILVA, Antonio Ruy de Almeida. **A Articulação entre direitos humanos e o uso da força**. In: Revista da Escola de Guerra Naval, v. 17, nº 2, Rio de Janeiro, 2011.

STOWELL, 1921 apud WEISS, Thomas G. **Military-Civilian Interactions: Humanitarian Crisis and the Responsibility to Protect**. Rowman and Littlefield Publishers Inc, USA, 2005.

TESÓN, Fernando R. **The Vexing Problem of Authority in Humanitarian Intervention: A Proposal**. In Wisconsin International Law Journal 23(3).

TIME MAGAZINE. The U.S.: **A Policy in Shambles**. Dec.20, 1971. Disponível em: <http://content.time.com/time/magazine/article/0,9171,878970,00.html>. Acesso em: 21/10/2013.

TOMASI, John. **A teoria liberal e a doutrina do duplo efeito**. In *Análise Social*. Vol. XXXIII (146-147), 1998 (2º-3º), 341-358. Tradução por Ana Barradas. Vol. 33. 1998 Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1221842935W7jBH5pi4Bs02FI4.pdf>. Acesso em 13/09/2013.

TRINDADE, Antônio A. Cançado. **La humanización del derecho internacional y los límites de la razón de Estado**. Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. n.40. 2001.

TRINDADE, Vinícios Fox Drummond Cançado. **Controle de Legalidade dos Atos do Conselho de Segurança das Nações Unidas**. In Rev. Fac. Direito UFMG, n. 62, Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <http://www.direito.ufmg.br/revista/index.php/revista/article/view/P.0304-2340.2013v62p703/265> Acesso em: 19/09/2013.

VASAK, Karel. **A thirty-year struggle**. In Unesco Courier, 1977.

VATTEL, Emmerich de. **O Direito das Gentes**. Trad. Ciro Mioranza. Ijuí: Editora Unijuí, 2008.

_____, **The Law of Nations**, ed. James Brown Scott (Classics of International Law [Washington, 1916]), Vol III, Livro III, capítulo III.

WEISS, Thomas G. **Military-Civilian Interactions: Humanitarian Crisis and the Responsibility to Protect**. Rowman and Littlefield Publishers Inc, USA, 2005.

WRIGHT, Quincy. **A study of War**. 2 Volumes. Chicago: University of Chicago. 1942.